

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2015

Aos 24 dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, pelas nove horas e trinta e cinco minutos, no salão da Casa do Povo da freguesia de S. Mateus da Calheta, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 2ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Tânia Gil da Rocha.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista

António Gonçalves Toste Parreira • António Toledo Alves • Artur da Câmara Machado • Carla de Miranda Sampaio Raposo • Carlos Manuel Pereira Martins • Davide Gabriel Cabral dos Reis • Hélio Manuel Melo Vieira • Isabel Maria Diniz Berbereia • João Carlos Castro Tavares • João Luís Sanchez dos Santos • José Machado Ferreira dos Santos • Luís Leonel Teixeira Salvador • Manuel Henrique Assis Ferreira • Marco Paulo Vieira Alves • Maria Luísa da Cunha Ribeiro • Marília Margarida Enes Garcia de Vargas • Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba • Paulo Jorge Pimentel da Silva • Ricardo Manuel Rodrigues de Barros • Rogério Paulo Nogueira e Sousa • Rui Manuel Pacheco Lopes • Salvador da Rocha Lopes • Tânia Gil da Rocha • Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo Municipal do Partido Social democrata

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva • Elsa Maria Costa Silva Carvalho Costa • Francisco José Lopes Câmara • Francisco Manuel Leonardo dos Santos • Honorato Bettencourt Lourenço • Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa • Luís Miguel Forjaz Rendeiro • Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa • Péricles Pereira Ortins • Rita Olaio de Mendonça Andrade • Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP

António Félix Flores Rodrigues • Maria da Graça Amaral da Silveira • Michele Soveta Aguiar • Pedro Miguel de Borba Ferreira.

Deputados municipais independentes

José Cipriano de Sousa Martins.

Câmara Municipal

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Alonso Teixeira Miguel • António Lima Cardoso Ventura • Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias • Guido de Luna da Silva Teles • José Gaspar Rosa de Lima • Raquel Gomes Caetano Ferreira.

Posta à discussão e sem que se registassem quaisquer intervenções, a ata da sessão de 09 de fevereiro de 2014 foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente, colocando-o também à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar:

- **Atas e minutas das deliberações das reuniões da Câmara Municipal.**
- **Resposta a uma questão levantada pelo grupo municipal do CDS-PP referente ao depósito de animais no aterro municipal.**
- **Resposta da Câmara Municipal a um requerimento do CDS-PP respeitante a obras na rua Direita.**
- **Da Associação de Mordomos uma proposta para classificação dos impérios da ilha Terceira como interesse municipal.**
- **Alterações introduzidas ao regimento do Conselho de Ilha pelo Decreto Legislativo Regional 11/2015/A de 14 de abril.**
- **Do senhor presidente da Assembleia Municipal de Viseu, José Manuel Henriques Mota Faria, uma moção aprovada naquela Assembleia Municipal sobre o combate à corrupção.**
- **Da Assembleia Legislativa Regional, a resolução N° 11/2015, pronúncia por iniciativa própria da ALR sobre o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira.**
- **Da Associação de Municípios da ilha do Pico, um comunicado sobre o abandono dos americanos e Plano de Revitalização Económica da ilha Terceira que o senhor presidente da Mesa passou a ler:**

«O abandono dos americanos da ilha Terceira justifica a seguinte tomada de posição da Associação de Municípios da ilha do Pico:

1 – A ilha Terceira foi uma pequena América dentro dos Açores e muitos foram os picoenses que emigraram para a América açoriana para terem trabalho, sustentarem as suas famílias e construírem a sua vida. Muitos dólares foram enviados pelos nossos conterrâneos para os seus familiares na ilha do Pico.

2 – Num tempo de grande pobreza, a América açoriana proporcionou ao povo do Pico, produtos da base de natureza diversa comprados a preços económicos, muitos dos quais nem existiam no Pico, coisas de que, sem a base nunca teríamos disfrutado.

3 – Agora, num tempo difícil para os terceirenses em que se define um caminho para minimizar o efeito da detonação pelos americanos de uma pequenina bomba atómica no concelho da Praia da Vitória, a Associação de Municípios da Ilha do Pico, através dos presidentes das câmaras municipais das Lajes do Pico, S. Roque e Madalena, quer expressar total solidariedade aos terceirenses e municípios da Praia da Vitória e Angra do Heroísmo e evidenciar que considera o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, justo, inteligente e apropriado.»

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Como deputado municipal e como terceirense quero congratular-me com este documento da Associação de Municípios da Ilha do Pico que vem pôr alguma justiça e juízo nalgumas declarações que foram proferidas naquela ilha, nomeadamente através dos representantes dos senhores empresários que atentaram contra a gravidade da situação que se vive na ilha Terceira, fruto da redução do contingente americano. Fico bastante satisfeito por esta tomada de posição pelos responsáveis pelo poder local da ilha do Pico face ao que se está a passar na nossa terra.

Sr. presidente da Câmara: – Aprovámos por unanimidade em reunião de Câmara, um agradecimento à Associação de Municípios da Ilha do Pico que, em divido tempo, lhe foi feito chegar, manifestando também a nossa solidariedade para com os habitantes daquela ilha, face aos problemas que têm tido em relação ao transporte aéreo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Foi remetida pelo senhor Vasco Capaz, secretário da Mesa da Assembleia, uma nota da chegada à Mesa de uma petição relacionada com a escola do Alto das Covas. Apesar de ter sido remetida aos grupos municipais, essa petição não foi anunciada pelo senhor presidente da Mesa como parte da correspondência.

Pergunto ao senhor presidente se tinha tomado conhecimento do documento e sugiro que os peticionários ou os seus representantes sejam convidados para a próxima sessão da Assembleia Municipal a realizar em junho com vista à apresentação dessa petição aos deputados municipais.

Sr. presidente da Mesa: – Esclareço o senhor deputado que a petição não estava no dossiê devido mas foi entregue na Mesa e vai ser apreciada.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Munícipe Luís Pinheiro: – Exmo. senhor presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, Exmo. senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, Exmos. membros da Assembleia Municipal.

Os moradores e comerciantes da rua de Santo Espírito dirigem-se a esta Assembleia para denunciarem a ocupação recorrente e abusiva de espaço público como a extensão de um estabelecimento privado da venda de bebidas alcoólicas, desrespeitando sistematicamente o regulamento da lei geral do ruído, a lei de bases da política de ambiente e violando direitos fundamentais dos cidadãos.

Desde a abertura do estabelecimento «Taberna madeirense» na rua de Santo Espírito Nº 78, jamais os moradores desta rua tiveram direito ao sossego, ao lazer, a estar em família e ao descanso. Não só se verificam os ruídos provocados dentro do próprio estabelecimento de nível elevado que atingem os residentes mais próximos mas sobretudo os provocados pelos utentes do mesmo estabelecimento na via pública.

Uma vez completa a lotação deste bar de muito reduzida dimensão, fazem da própria rua esplanada onde consomem bebidas alcoólicas e tabaco, funcionando o bar com as portas do «tapa vento» completamente abertas.

Em especial nas noites de quinta-feira a sábado e nas vésperas de feriados verifica-se uma ocupação da via pública como extensão do referido estabelecimento, incomodando toda a vizinhança e chegando mesmo a condicionar a circulação automóvel. Esta situação ocorre, não só dentro do horário de abertura do estabelecimento, como também por vezes, por mais uma ou duas horas para além daquele horário.

O consumo abundante de bebidas alcoólicas e tabaco na via pública não pode deixar de suscitar preocupações no que concerne aos aspetos de segurança, salubridade e ordem pública. O ambiente conspurcado que os clientes do bar causam chega ao ponto de os residentes na rua sentirem mau estar ao nível respiratório porquanto o fumo do tabaco se introduz nas frestas das portas e pelas caixas do correio. Este ambiente, acrescido ao já mencionado ruído, torna impossível o descanso.

Sabendo-se que a afetação da qualidade do sono causa danos significativos na saúde mental dos lesados, a violação sistemática do direito ao descanso não é uma questão de mera

incomodidade mas sim, uma questão de saúde pública, afetando rendimentos profissionais e escolares.

De entre os residentes nesta rua existem pessoas com idade avançada, doentes e profissionais cuja atividade é exercida em horário por turnos, o que obriga a que o direito de descanso não seja, em qualquer circunstância, violado; ao sê-lo, põe em causa o direito à personalidade consagrado no artigo 70º do código civil bem como o direito à integridade, à saúde e à qualidade de vida, todos consagrados nos artigos 25º, 64º e 66º da constituição portuguesa.

Uma boa parte dos moradores da rua de Santo Espírito tem família constituída bem como filhos menores, pelo que o desrespeito põe, não só em causa o direito à família consagrado no artigo 67º da constituição da república portuguesa, como também os direitos ao descanso e à saúde dos ditos menores.

Toda esta situação, além de violar os direitos já referidos e consagrados, quer na constituição da república portuguesa, quer no código civil, infringe as disposições vigentes sobre o regulamento geral do ruído aprovado pelo Decreto-Lei 9/2007 de 17 de janeiro, designadamente os seus artigos, 3º, 4º, 11º, 12º, 13º e 24º, bem como a lei 19/2014 de 14 de abril que define as bases da política de ambiente com realce para os seus artigos, 9º e 11º, alínea c).

Num estado social de direito a defesa do ambiente é um imperativo e a proteção dos cidadãos contra a exposição prolongada ou frequente ao ruído exige providências concretas sobre as entidades e as atividades poluentes, mesmo que se mostrem restritivas da liberdade de iniciativa económica privada. Acresce a tudo isto que, além das infrações referidas, os utentes do estabelecimento atentam recorrentemente contra a propriedade privada, danificando os veículos dos residentes, riscando-os e partindo espelhos e chuventos. Sujam as paredes dos edifícios, partem garrafas e copos, vomitam e urinam na via pública junto às entradas das residências e estabelecimentos comerciais.

Todas as condutas referidas, para além de infringirem os direitos dos cidadãos, lesam os bens considerados necessários e essenciais à existência e à qualidade de vida conferidos nos artigos 3º e 25º da Declaração Universal dos Direitos do Homem. As medidas adotadas pela PSP, chamada frequentemente ao local, até ao momento não se têm revelado eficazes para persuadir a clientela concentrada na via pública a dispersar e para conter o ruído a expressões aceitáveis.

O alargamento indevido do horário de funcionamento e a publicação frequente pelos próprios de fotografias na página oficial de *facebook* da “Taberna Madeirense”, que comprovam as infrações cometidas, são demonstrativos do desrespeito pelas autoridades e pelos residentes.

Face a todo o exposto, suscita-se a intervenção desta Assembleia Municipal com medidas concretas para que cesse o mais rápido possível a situação a que estão sujeitos os moradores da rua de Santo Espírito; para que cesse a violação sistemática dos seus direitos coletivos; para que cesse a violação dos direitos dos menores e dos idosos residentes na rua de Santo Espírito; para que seja resolvido este problema grave de saúde pública do município de Angra do Heroísmo.

Sr. presidente da Câmara: – Esta é uma matéria difícil e complexa e temos tido sistematicamente problemas. Passava-se uma situação semelhante na rua Direita e na rua de S. João que foi atenuada em boa parte porque as pessoas que frequentavam aquele bar migraram para este; temos basicamente o mesmo grupo que vai circulando de bar em bar e quando se instala numa determinada zona arrasta consigo os problemas.

Lamento o que está a acontecer na rua de Santo Espírito, vamos continuar a desenvolver todos os esforços no sentido de corrigir a situação e o que temos hoje para debate no Ponto 1.7 é uma parte substancial da resposta a essa questão.

Sr. presidente da Mesa: – Temos na assistência o senhor engenheiro Rui Andrade; em meu nome e de toda a Assembleia, quero saudá-lo como antigo presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Aplausos.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhoras e senhores deputados, Exma. Câmara Municipal. Antes de mais quero saudar a junta de freguesia de S. Mateus e os seus habitantes pela forma como nos receberam hoje, num dia que se espera proveitoso para a Assembleia e para a própria freguesia pois, enquanto cá estamos, poderemos usufruir dos seus estabelecimentos comerciais.

Temos recebido nas últimas semanas algumas reclamações referentes àquele estabelecimento comercial na rua de Santo Espírito que frequentei por uma vez. Como o espaço era apertado tive que ficar à porta mas dali a cinco minutos achei que não seria sítio para mim porque estava frio, havia carros a circular constantemente e decidi então deslocar-me para outro local, deixando o carro por ali estacionado.

Alguns dias depois, através de fotografias publicadas na rede social, reparei que alguém se tinha deitado no capô do carro. Se isto aconteceu comigo, que deixei ali o carro durante algumas horas apenas, imagino o que aquela gente não fará aos moradores daquela rua que ali estacionam as suas viaturas todos os dias.

Saúdo os moradores e os seus representantes por se manifestarem junto das instâncias próprias, mas estas discussões são uma chatice do ponto de vista político, porque todos defendemos a promoção de medidas para a fixação de moradores e empresas no centro histórico da cidade e depois surgem estes pequenos problemas.

Como a rua de Santo Espírito difere um pouco das demais devido ao número de moradores, deveria haver um pouco mais de bom senso por parte dos responsáveis pelos licenciamentos. Penso que a Câmara Municipal deveria ter tentado fazer ver ao proprietário do bar que aquela rua não seria a mais apropriada para aquele tipo de negócio, ajudando-o nalguma alternativa no centro histórico, porque agora temos os moradores indignados e um problema para resolver.

Talvez seja necessário alguma pedagogia junto dos empresários que se pretendam instalar no centro histórico com este tipo de atividades, no sentido de se evitarem estas situações. O grupo municipal do CDS-PP está do lado da qualidade de vida das pessoas, independentemente da simpatia e qualidade deste tipo de estabelecimentos que provocam constrangimentos às populações.

Sr. d. m. Carlos Martins (presidente da junta de freguesia de S. Mateus): – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais. Quero dar a todos as boas-vindas, congratulando-me por receber esta ilustre Assembleia na nossa freguesia.

S. Mateus é uma freguesia rural e piscatória que dista cerca de 4 quilómetros da cidade de Angra do Heroísmo. É uma freguesia de superfície plana com um clima aprazível e a segunda

mais pequena mas, de acordo com os censos de 2011, é a freguesia de concelho de Angra do Heroísmo com maior número de habitantes.

Devido às suas potencialidades, S. Mateus da Calheta faz parte dos principais itinerários do concelho de Angra do Heroísmo. Por se situar junto ao mar oferece excelentes zonas balneares como o Negrito mas muito mais há para ver desde a nossa imponente igreja paroquial, as diversas ermidas, os dois impérios, vários fortes, museus, campo de jogos e clube de ténis, a junta de freguesia, a casa do povo, cafés e snack-bares, lojas de comércio, gelataria e casas senhoriais de encantar. Não podemos esquecer o nosso célebre porto, o maior da ilha na pesca artesanal que traduz a essência de S. Mateus que é, por excelência, uma freguesia piscatória.

S. Mateus possui restaurantes de primeira com deliciosos pratos de peixe e marisco como a Adega de S. Mateus, o Beira-mar, o Quebra-mar, etc., e todas as acessibilidades necessárias como o correio, o banco ou a farmácia. S. Mateus sabe e gosta de receber quem o visita, acolhendo de braços abertos quem a quer conhecer.

Espero que esta sessão de trabalhos corra bem e fico à disposição para o que for necessário. Aproveitem para almoçar em S. Mateus, disfrutando da nossa gastronomia e ficam desde já todos convidados para um pequeno beberete no final dos trabalhos.

Sr. presidente da Câmara: – Em resposta à intervenção do senhor deputado Pedro Ferreira, infelizmente a Câmara Municipal não dispõe de mecanismos que lhe permitam este tipo de discricionariedade; podemos aconselhar com alguma pedagogia e aplicar coimas, como temos feito, algumas bastante significativas, que são uma forma de pedagogia relativamente eficaz, mas também somos obrigados a cumprir os regulamentos em vigor.

Esta Assembleia tem o poder de limitar os horários em certas zonas da cidade, porque não somos obrigados a estabelecer critérios uniformes para todo o concelho e a Câmara Municipal, como órgão executivo, cumprirá o regulamento que for aqui aprovado pelos senhores deputados municipais.

Estamos perante um conjunto de posições que acabam por ser contraditórias. Não podemos pretender que Angra seja um espaço agradável para quem lá more e ao mesmo tempo criar condições que escorracem as pessoas. Não podemos pretender um espaço vivo com gente na rua à noite e não permitir o funcionamento dos estabelecimentos, por isso temos que traçar uma linha definidora e adequada que sirva o interesse público. É este o desafio que se coloca no Ponto 1.7 da ordem de trabalhos de hoje.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Bom dia senhor presidente da Mesa, Exma. Câmara Municipal e senhores deputados municipais. Senhor presidente da junta de freguesia de S. Mateus, muito obrigado pela receção.

Creio que a solução para os problemas da rua de Santo Espírito não passa exclusivamente pela alteração dos horários dos estabelecimentos, porque é essencialmente uma questão de cidadania, educação e atuação das forças de segurança. Não queremos que Angra se transforme num espaço morto mas também não pretendemos um espaço mórbido que é o que está a acontecer.

Há várias situações do não cumprimento da lei do ruído na nossa cidade que ultrapassam a decência, pondo em causa o bem-estar dos habitantes da cidade, razões pelas quais, talvez as pessoas se afastem especialmente dos locais onde as festas se prolongam até mais não.

Uma festa que comece com ruído às 21 horas e termine às 09 horas da manhã é algo insuportável com graves consequências para a saúde pública; por isso, este debate deve ser alargado e não será resolvido com a alteração dos horários, porque as pessoas têm direito aos seus negócios mas, por vezes, não têm a sorte de lhes calhar bons clientes.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Faço minhas as palavras do deputado Pedro Ferreira e do deputado Félix Rodrigues dirigidas à freguesia de S. Mateus que nos recebe hoje.

As questões da lei do ruído e da ordem pública são tão pertinentes e importantes como os horários de funcionamento dos estabelecimentos que necessitam da atuação das forças de manutenção da ordem pública.

Tem que haver uma ação policial efetiva nos casos em que a desordem e os comportamentos atentatórios à ordem e ao silêncio a isso obriguem, por isso solicito à Câmara Municipal que reúna com a PSP dentro do possível e faça alguma pedagogia que se torna imperativa neste momento.

Mudando de assunto, julgo que os terceirenses e os angrenses em particular se sentirão um pouco enganados e indignados com algumas declarações do senhor presidente da Câmara, tornadas públicas, sobre a demora da implementação de um *hub* marítimo na ilha Terceira.

O senhor presidente foi membro de um governo socialista durante 16 anos, subscreveu todos os manifestos eleitorais desde 1996, que nunca foram cumpridos, e nunca se queixou pelos atrasos, pelas obras mal feitas e pelos projetos que nunca passaram do papel. O atual presidente da Câmara de Angra só se pode queixar de si próprio pelo que não fez no Governo e só se pode queixar do seu partido pelo que não está a ser feito na Terceira.

Relembro que o presidente Álvaro Meneses achou muito bem que o PS trocasse a sua promessa de construção de um cais de cruzeiros de 65 milhões de euros na Terceira por uma rampa *ro-ro* de 250 mil euros, que é a verba inscrita no Plano e Orçamento da região para este ano, mas nem a rampa está construída nem se vislumbra quando o será.

Julgo que esta não é a imagem que pretendemos para a nossa terra. Os diversos órgãos do poder na Terceira estão a colocar a ilha de mão estendida e de nada tem servido todo o poder dado ao Partido Socialista e os ovos colocados no mesmo cesto. Cada vez cai mais por terra o seu *slogan* de campanha, porque Angra não está mais forte e a ilha não tem mais futuro.

É este o momento em que todos devemos refletir acerca do que pretendemos para o futuro da nossa terra e o pior que podemos fazer à ilha Terceira e aos Açores é apresentar propostas que apenas pretendem mascarar as responsabilidades do que não se fez e tentar que outros acabem por pagar o que se prometeu e não se cumpriu na última década. Angra e a Terceira não têm sido defendidas e o partido do poder tem-se defendido a si próprio.

Abordando agora a questão dos dados catastróficos do turismo no concelho de Angra e da ilha Terceira, se nós analisarmos o relatório da atividade municipal verificamos que, relativamente ao turismo, apenas consta um *site* na internet e pouco mais.

Angra é a única cidade património mundial dos Açores e a nossa autarquia ainda não foi capaz de criar um produto, uma atividade ou uma identidade turística próprias para o concelho. A autarquia angrense está demasiado tempo à espera que sejam outros socialistas a fazerem o que não se faz em Angra, enquanto os outros estão a tratar de si, cuidando das suas próprias ilhas.

Quantas reuniões o senhor presidente e a sua vereação tiveram com operadores turísticos ou companhias aéreas, quais os contactos estabelecidos e os resultados obtidos? Angra é ou não capaz de uma dinâmica própria para uma adequada promoção turística? A ATA serve para alguma coisa no turismo deste concelho? Qual a capacidade reivindicativa da Câmara de Angra e do seu presidente junto da Secretaria Regional do Turismo e Transportes e que peso tem o PS de Angra junto do PS regional? Sendo o Governo Regional o acionista único da SATA, a companhia está a corresponder para com a Terceira no que ao novo panorama das ligações aéreas diz respeito?

Num cenário de liberalização do espaço aéreo não podemos obrigar as companhias aéreas a voarem para a Terceira só porque nos apetece, porque essas companhias procuram mercados que lhes garantam lucros imediatos.

Como a região tem a sua própria companhia aérea, podemos ter melhores e mais baratos horários de voos inter-ilhas para que os turistas que entrem nos Açores, seja por que ilha for, possam visitar a Terceira.

A segunda maior autarquia da região está a fazer alguma coisa para melhorar a atual situação? É que as quebras nas receitas do turismo na Terceira e em Angra são insustentáveis e não podemos deixar passar esta situação em claro.

Falando agora de contaminação de aquíferos e outras, além daquelas através de hidrocarbonetos, na altura em que desempenhava funções de Secretário Regional do Ambiente e foi renegociado o plano de descontaminação que tinha um prazo de 15 anos, o senhor presidente da Câmara prestou declarações ao Diário Insular referindo que a descontaminação certamente se prolongaria por várias décadas e possivelmente por séculos. Estes assuntos não podem ser tratados com a leviandade com que, às vezes, se fazem declarações à comunicação social.

Sabendo-se que as competências em matéria de ambiente pertencem à região e a Câmara Municipal tem as suas áreas de intervenção, é bom que se comece a fazer um levantamento profundo e sério das contaminações por hidrocarbonetos no concelho de Angra, dada a sensibilidade da zona do Cabrito devido aos *pipelines*, aos tanques que lá estiveram e outras estruturas que ainda lá estão.

É necessário também averiguar outro tipo de contaminações, porque houve diversos materiais americanos armazenados ou circularam por aquela zona e também por Angra. Existe cada vez mais na nossa população, a perceção da existência de demasiadas doenças e que se morre na ilha Terceira e no concelho de Angra devido a causas crónicas. É necessário um levantamento destas situações sem alarmismos públicos para termos a certeza de que nada de errado se está a passar.

Voltando à questão recorrente dos edifícios em ruínas do concelho de Angra, na última reunião da Assembleia Municipal em fevereiro, o senhor presidente da Câmara referiu que haveria um investidor interessado no edifício da fábrica da antiga ELA e que a Câmara interviria no espaço dos celeiros, imputando os custos ao proprietário, caso ele não procedesse à remoção das ruínas que lá se encontram. Gostaria que o senhor presidente nos falasse destas duas situações e do destino previsto para o antigo hospital de Angra.

Tendo em conta o que referi há pouco a respeito do turismo, gostaria de saber se tem havido investidores nacionais ou estrangeiros interessados no hotel do Canta Galo e no hotel da Serretinha, porque talvez seja necessária uma libertação da Terceira, face a alguns hoteleiros tradicionais regionais com um oligopólio sediado noutra ilha que não tem servido os nossos interesses turísticos.

Tem sido debatido o tema das passadeiras elevadas cujo exemplo mais emblemático é o daquela que foi feita em frente ao Centro Cultural e de Congressos. Todos concordamos que o objetivo deste tipo de passadeiras é obrigar a um abrandamento das viaturas visando a segurança para os peões, mas também julgo que não será boa ideia dar cabo dos carros aos munícipes.

Tem havido várias queixas, nas quais me incluo, de que aquela passadeira está muito elevada. Há pessoas com carros um pouco mais baixos que acabam por colidir, provocando-lhes danos devido ao ângulo de inclinação da passadeira.

Gostaria que o senhor presidente nos indicasse se a Câmara está a assumir encargos relativos à escola de Santa Bárbara, resultantes de erros de projeto, nos pusesse a par da situação do pavilhão do Posto Santo a respeito de um possível erro na qualidade do aço utilizado, ao qual eu chamaria aldrabice porque está a fazer perigar a estrutura, e nos informasse também como está a decorrer a resolução dos defeitos na escola da Ribeirinha e consequentes responsabilidades imputadas ao empreiteiro.

Uma última questão prende-se com os equipamentos de diversão infantil no concelho, principalmente os do Relvão que se encontram desgastados pelo uso ou devido a vandalismos e estão a necessitar de reparação ou de uma manutenção adequada.

Sr. presidente da Câmara: – Existem alguns equipamentos obsoletos em vários parques infantis do concelho que não cumprem os requisitos legais, porque foram instalados antes das alterações legislativas que entretanto aconteceram ou estão degradados e precisam de reparação. No caso do Relvão está a decorrer o procedimento que levará à reparação e substituição de alguns equipamentos e a obra terá início dentro de algumas semanas.

Passando a outras questões, como deputado da Assembleia Legislativa Regional, o senhor Luís Rendeiro tem que distinguir a ALR desta Assembleia Municipal, porque há matérias que não são daqui mas vieram para aqui.

Quando foi preciso aprovar o PROTA (Plano Regional do Ordenamento do Território), referindo que seria importante para a Terceira uma plataforma logística, fiquei a falar sozinho porque o seu partido e os seus aliados votaram contra. Quando se faz isso é bom ter-se memória para não se vir para aqui com conversas como as do senhor deputado.

Quanto à questão do porto, orgulho-me muito do percurso feito que está nas notícias de 2008 ou 2009, salvo erro. Tive que reunir com os comerciantes do Faial numa sessão pública difícilíssima, em que só faltou levar um sopapo, mas consegui defender os interesses da Terceira e fazer com que ficasse aprovado e consignado em lei que haveria uma plataforma na Praia da Vitória.

Infelizmente, o senhor deputado não tem memória, talvez por ser demasiado jovem ou pela sua visão seletiva da vida, o que é um assunto seu, mas resolva-o conforme entender. É preciso não esquecer que, se essa plataforma está consignada em lei, a alguém se deve e não foi com certeza ao senhor.

Não conheço os números do turismo na época da Páscoa. Já ouvi duas posições opostas mas não sei qual a correta. Ouvi o senhor Diretor Regional falar em crescimento e ouvi declarações da Câmara do Comércio em que se falava em decréscimo. Independentemente dos números, sabemos que há um potencial muito grande de crescimento turístico inexplorado na nossa ilha mas não estamos a seguir o caminho que gostaríamos.

As questões do turismo são uma preocupação desta Câmara que tem desenvolvido um conjunto de atuações com contactos e múltiplas reuniões, inclusive com as câmaras municipais das ilhas vizinhas do Pico, do Faial, da Graciosa, das Flores e do Corvo para se tentar estabelecer uma estratégia comum; daí resultou a produção de um vídeo muito bem feito de promoção deste grupo, do qual toda a gente se orgulha. Foram ainda estabelecidos contactos com múltiplas entidades que resultaram nalgumas publicações e visitas de interesse mas estamos muito longe do que seria adequado.

A Câmara de Angra é um dos principais financiadores da ATA (Associação de Turismo dos Açores), e tem obtido o apoio possível, mas estamos claramente insatisfeitos, queremos mais e essa é uma das matérias em cima da nossa mesa.

Em relação à sinalização em Angra, que fazia muita falta a quem nos visita, não sei se já repararam mas foram colocadas muitas dezenas de placas toponímicas em várias ruas da cidade, algo que não existia desde o sismo de 1980.

Temos criado roteiros e estamos em vias de adjudicar a elaboração de uma aplicação para telemóvel ao longo deste verão que permitirá a localização geográfica e informações sobre a cidade. Esta aplicação está pensada para quem não possua *roaming* e poderá ser descarregada gratuitamente no aeroporto, junto à Câmara Municipal ou noutras zonas com rede municipal sem fios visto que foi celebrado um contrato com a PT com vista à criação dessas zonas de acesso à internet que serão devidamente sinalizadas.

Foram também adquiridas placas para os principais monumentos, algumas já chegaram à Terceira e começarão a ser instaladas a breve trecho. Temos que garantir que essas placas não serão roubadas como as anteriores, porque não são feitas de material barato e têm sido roubados sinais de trânsito, tampas de sarjetas, varandas e outras coisas tais. Temos um problema grave de roubo de metais, o que nos levou à alteração da forma de fixação das ditas placas.

Creio que já falei bastas vezes das questões de poluição e descontaminação de aquíferos e todos sabemos o que aconteceu e vai continuar a acontecer. Há um plano em funcionamento com um horizonte de 15 anos e é necessário fazer mais a seguir. Que eu saiba, não há poluição de aquíferos no concelho de Angra relacionada com a base das Lajes.

No nosso aterro/lixreira temos um problema grave de contaminação de aquíferos, esse sim, dará que fazer nas próximas décadas. Esta Câmara tomou um conjunto de medidas importantes incluindo a criação de poços e um sistema de bombagem em funcionamento há alguns meses com vista à redução da infiltração a partir das bolsas lá instaladas.

Temos um problema grave de poluição em torno daquele aterro que poderá originar consequências em Angra nas próximas décadas que não têm diretamente a ver com a água de abastecimento porque não temos nenhuma estrutura de captação na zona potencialmente afetada mas fica comprometida uma boa parte dos nossos recursos hídricos já que, a jusante daquela zona, extremamente favorável do ponto de vista hídrico, não será possível instalar captações.

Temos algumas sucatas em sítios onde não deveriam estar e alguns outros focos de poluição mas tem-se vindo a fazer um enorme trabalho de limpeza. No último ano entraram mais de 7 mil toneladas de resíduos no aterro recolhidos pelas juntas de freguesia e pelas diversas entidades que têm colaborado connosco na limpeza do concelho que nas últimas décadas não tem estado tão limpo como agora. É certo que isto está a acontecer como resultado dos programas ocupacionais devido ao desemprego mas a verdade é que nunca se fez tanto como agora no combate à poluição no concelho.

Em reposta à questão dos edifícios em ruínas, creio que o negócio referente à antiga fábrica de laticínios não se concretizou e os antigos proprietários tiveram que ceder o imóvel que estará sob o controlo de um sindicato bancário e o assunto terá que seguir outro caminho.

Em relação aos celeiros foram feitos todos os procedimentos e reestabelecidos os contactos com o banco; chegou-se a um entendimento no sentido de a Câmara arrendar aquele espaço em troca da demolição mas o preço imputado ao terreno é inaceitável. Comunicámos ao banco o nosso desinteresse e que ele próprio deveria proceder à demolição e se o banco não a fizer, fá-la-emos nós cobrando os respetivos encargos.

A situação terá um desfecho rápido porque já se esgotaram todas as possibilidades negociais. O banco insiste nas rendas na casa dos 5 ou 6 mil euros ao mês por aquele espaço depois da demolição para fins de estacionamento mas a Câmara não está disponível para pagar esses

valores e vamos prosseguir com o processo de demolição por conta do banco porque não vejo que o interesse público justifique uma renda tão elevada por um espaço tão pequeno.

Passando agora à questão colocada a respeito dos hotéis, em reunião tida com os atuais proprietários do hotel da Serretinha, a Câmara foi informada de uma intenção de investimento naquele hotel por parte do Governo Regional mas desconheço o resultado das negociações.

O hotel do Canta Galo está em funcionamento, embora com pouca afluência, adivinhando-se uma situação problemática no futuro porque há um grande investimento a fazer nos andares mais abaixo que só poderá acontecer se houver atividade económica que o justifique, algo que não está a acontecer no momento.

A solução daquele hotel passa necessariamente pela revitalização do turismo ou por algum interesse de investimento noutras áreas, o que também não se vislumbra dado o estado anémico em que se encontra o nosso comércio.

Para terminar e no que respeita às passadeiras elevadas, foi detetado um problema técnico de construção na passadeira em frente ao Centro Cultural e de Congressos e estamos à espera que a empresa responsável o corrija. A passadeira deveria ter sido construída paralela à pendente da rua mas ficou a nível e substancialmente mais baixa do lado de cima e está-se à espera de uma altura com menos trânsito para se proceder à sua recolocação com a inclinação devida.

A passadeira tem sido útil e resolveu os problemas dos constantes acidentes na esquina imediatamente abaixo, porque alguns condutores resolviam acelerar quando viam a luz amarela. Como não havia espaço para travar, a porta da casa mais abaixo estava constantemente demolida e desde que a passadeira lá está esse problema desapareceu. O meu carro também não me permite passar a mais de 20 kms/hora mas vamos colocar o pavimento paralelo à via, o que deverá resolver o problema.

As outras passadeiras colocadas junto ao antigo supermercado Atlântico estão a funcionar bem e também resolveram outros problemas resultantes da repavimentação da via, o que convidava à velocidade numa zona problemática com muitos peões.

Sr. d. m. João Santos: – Bom dia senhor presidente e Exma. Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais. Senhor presidente da junta de freguesia de S. Mateus, obrigado pela receção e pelo acolhimento.

Aproveito para manifestar publicamente o meu total repúdio pela forma como Angra do Heroísmo foi apresentada nos órgãos de comunicação social, nomeadamente no Diário Insular nesta última semana e pelas ideias que se defendem para esta cidade.

Senhor presidente da Câmara; neste momento, Angra está cheia de loucos e não me refiro aos doentes de S. Rafael que alguns entendem como o problema desta cidade. Os loucos são os automobilistas que não obedecem às regras de trânsito nem aos locais de estacionamento, não respeitam os peões, não se preocupam com os locais de carga e descarga nem respeitam os horários que o senhor presidente já referiu nesta Assembleia por diversas vezes, são os frequentadores de estabelecimentos noturnos que também não respeitam nada nem ninguém e são os munícipes que não procuram os locais adequados para o depósito de lixo, deixando-o em qualquer sítio e de qualquer maneira.

Desde há alguns meses que temos um problema mas ainda não se encontrou a solução; ou vivemos no caos, ou a lei terá que dar permissão para que os fiscais exerçam outra ação além da fiscalização dos parquímetros, nomeadamente a infração aos estacionamentos e a algumas regras de trânsito. Penso que a Câmara terá assumido que no concelho de Angra não seria dado esse poder aos fiscais e não se iria optar pela aplicação da lei e falam do tão badalado policiamento de proximidade, não sei a quê, porque, ao cidadão, não é de certeza.

Temos ainda uma terceira hipótese com a Polícia de Segurança Pública a voltar a assumir as suas funções de policiamento, utilizando o mesmo número de agentes quando fiscalizavam os parquímetros. Se falarmos com o senhor Ministro da Administração Interna ou com o Ministério, dirão que faltam mais de 200 polícias nos Açores mas temos o mesmo número de agentes desde que a PSP deixou de fiscalizar os parquímetros e quando se trata de serviços pagos, o senhor comissário diz logo: «Se precisar de mais, eu mando vir da Graciosa.»

Algo terá que ser feito, ou a PSP assume as suas responsabilidades ou teremos que voltar à discussão sobre o policiamento municipal.

Salvo raríssimas exceções, sou a favor da total liberação de horários dos estabelecimentos comerciais, porque o problema não está nos horários, mas sim na forma como as coisas são feitas e as regras são respeitadas.

Tudo isto é um pouco perverso. A economia está como está, as pessoas não têm emprego, tenta-se incentivar a criação de novas empresas e depois diz-se às pessoas que se lhes vai reduzir os horários e terão que trabalhar menos. Pretendem-se horários diferenciados de zona para zona, mais apertados justamente no centro de Angra onde as rendas são mais caras. Então, tenho que pagar mais e trabalhar menos? Reservemos esta discussão para o Ponto 1.7. da ordem de trabalhos.

Nós, portugueses, queremos sempre o melhor de dois mundos, senão de três, mas isso é impossível. Queremos mais militares na base das Lajes mas não queremos que aterrem aviões por causa do barulho e pretendemos uma cidade viva com esplanadas em todo o lado mas terão que fechar à hora que as pessoas vão para a rua depois do jantar. Nós, angrenses, invejamos a marginal da Praia da Vitória mas queremos tudo fechado às 11 horas da noite, etc., etc., etc. Temos que decidir de uma vez por todas. Se queremos muitos restaurantes e bares abertos, em vez de limitarmos os horários, temos que fazer com que a lei seja cumprida.

Estávamos a falar de um bar na rua de Santo Espírito e dos jovens que se deitaram em cima do capô do carro do deputado Pedro Ferreira; senhor deputado, e se for um grupo de pessoas da terceira idade que saem do restaurante Beira-mar e decidem ficar à porta a conversar? Não vai dar no mesmo? Não vamos obrigar o restaurante a fechar mais cedo; temos que assegurar que as pessoas saiam do restaurante e não fiquem paradas à porta a conversar. A fiscalização tem que ser feita e as regras têm que ser cumpridas, principalmente no centro da cidade.

Falou-se aqui de passeadeiras, às quais deve ser dada especial atenção no que respeita à sinalização. Se uma passeadeira não estiver bem sinalizada poderá criar sérios problemas a um veículo de emergência que circule acima dos 40 Kms/h em assistência a uma paragem cardiorrespiratória.

Não tenho conhecimento de alguma passeadeira mal sinalizada em estradas municipais mas existem algumas nessas condições nas estradas regionais. Nas Cinco Ribeiras há várias passeadeiras elevadas que não se encontram devidamente assinaladas. Para além da segurança do próprio veículo é preciso pensar nos profissionais que vão a trabalhar atrás e no próprio doente que está a ser assistido na ambulância.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Bom dia senhor presidente e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, Exmo. público. Vou fazer uma intervenção muito rápida, apresentando a questão do costume a respeito do troço entre a escola Tomás de Borba e a Canada Nova, em S. Carlos.

Sei que há algumas semanas foi tomada uma posição pública entre o senhor presidente da junta de freguesia de S. Pedro e o Delegado das Obras Públicas e haveria uma solução para aquele troço com a construção de uma via alternativa.

Apesar de sabermos que se trata de uma estrada regional, gostaria que o senhor presidente da Câmara elucidasse esta Assembleia sobre eventuais desenvolvimentos nesse processo para que isto não passe de mais um anúncio com pompa e circunstância e a questão saia do papel e se resolva de uma vez por todas antes que aconteça uma tragédia.

Sr. presidente da Câmara: – Em relação ao civismo ou à falta dele e ao cumprimento da lei, reconhecemos as nossas limitações. Creio que a PSP tem feito um esforço, os senhores membros da Câmara tiveram a oportunidade de participar na última reunião do Conselho Municipal de Segurança em que estas matérias foram debatidas, não estamos satisfeitos mas há um trabalho que tem vindo a ser feito e a falta de civismo é algo que, infelizmente demora tempo a resolver.

Em resposta à intervenção da senhora deputada Rita Andrade, a respeito do troço de S. Carlos, o Governo informou que já colocou a concurso a execução dessa obra naquela rua que agora se chama avenida António DaCosta e vai ser prolongada até à Canada dos Cinco Reis.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

No verão passado a oposição pronunciou-se com preocupação em relação ao encerramento da escola do Alto das Covas e neste momento foi entregue uma petição a esta Assembleia, manifestando-se contra o seu encerramento. Pergunto se os angrenses estão todos imbuídos do espírito de tolíces de verão de que fomos acusados na altura ou se existe algum fundamento para esta preocupação quanto ao encerramento da referida escola.

No que respeita aos celeiros, volto a reiterar a posição do CDS-PP, porque consideramos que aquele edifício deve ser mantido pela sua importância cultural e não é um mamarracho como as pessoas dizem. Vocês gostam de usar o exemplo do norte da Europa e aquele pode ser um espaço cultural fantástico para uma oficina de artistas com exposições e alguns edifícios comerciais, bares e restaurantes. Como disse o senhor presidente da Câmara, temos várias zonas de sucata que hoje em dia pode ser transformada em arte e esta seria uma forma alternativa de a manter nos nossos espaços.

Sr. presidente da Câmara: – Está em movimento o processo conducente à demolição do edifício dos celeiros. No que respeita à escola do Alto das Covas, falaremos sobre o assunto quando for debatida a petição e não tenho informações de qualquer intenção por parte do Governo.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 27 de janeiro a 10 de abril de 2015, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, para apreciação.

Sr. presidente da Câmara: – A atividade municipal decorreu com toda a normalidade e vou assinalar as questões mais relevantes. Entrou em vigor o Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra; podemos considerar esse capítulo encerrado, que ocupou esta casa durante cerca de 20 anos.

Existem ainda algumas obras no Porto Judeu da responsabilidade do Governo Regional mas, no que à Câmara Municipal diz respeito, todas as empreitadas que tiveram a sua origem nas

inundações naquela freguesia foram concluídas com sucesso e as obras entregues em bom estado.

Tenho uma boa notícia de última hora. O brasão que faltava na Praça Velha desde o sismo de 1980 foi colocado há minutos no seu lugar.

As obras da escola de Santa Bárbara estão a decorrer com toda a normalidade sem qualquer sobrecusto. A obra custará menos do que o inicialmente previsto porque foram eliminadas algumas propostas que constavam do projeto por se considerar que se poderiam tornar problemáticas do ponto de vista da manutenção e da funcionalidade do espaço. A obra encontra-se numa fase de acabamentos, esperamos que a escola esteja pronta até finais do mês de junho e convido os senhores membros da Assembleia a visitarem o espaço.

Foi possível corrigir os problemas na cobertura do pavilhão do Posto Santo que se encontra na sua posição correta e estamos a aguardar uma peritagem pedida ao Laboratório de Engenharia Civil que dará a última palavra sobre o assunto. Estamos a aguardar a visita do técnico ao local para podermos autorizar a colocação das chapas de cobertura, depois de eliminadas as deformações e instalado o reforço necessário.

Ao contrário do que disse há pouco o senhor deputado Luís Rendeiro, não creio que tenha havido nenhuma aldrabice mas sim um conjunto infeliz de erros de projeto e de construção. O empreiteiro acabou por encomendar o aço que constava do projeto inicial e solicitou-se a colaboração do laboratório que tem vindo a acompanhar o processo.

Outra obra de alguma importância na atividade municipal é a recuperação do conjunto dos imóveis dos Paços do Concelho porque em agosto do ano que vem o edifício completará 150 anos desde a sua inauguração.

Resolveu-se proceder à recuperação integral do imóvel e as obras estão relativamente avançadas, embora existam por resolver algumas questões de restauro que é complexo e moroso. Não há garantia de que esteja pronto antes das Sanjoaninas, apesar de decorrer com alguma normalidade, mas far-se-á a cerimónia na devida altura para assinalar os 150 anos do edifício.

Um dos edifícios das traseiras está completamente recuperado, o edifício da antiga delegação escolar está em obras e vai ser necessária a substituição da cobertura que se encontra excessivamente danificada pelas térmitas, o que acontecerá neste verão. Assim, ficaremos com aquele complexo de edifícios municipais completamente recuperado e em bom estado.

O edifício apresentava alguma degradação e não via uma intervenção de fundo desde 1983 quando foi feita a recuperação pós sismo. Ficaremos com um imóvel que é uma referência na cidade, o melhor edifício dos Paços do Concelho da região e um dos melhores do país.

Informo esta Assembleia que a execução financeira, embora insipiente neste ano, está a decorrer com toda a normalidade. A arrecadação da receita e a execução da despesa estão a seguir a trajetória prevista sem desvios apreciáveis.

Têm-se vindo a recuperar algumas situações particularmente difíceis na área económica e noutras em que tradicionalmente a Câmara não intervinha, designadamente no fomento do empreendedorismo e na criação do *Startup Angra*. O imóvel já foi adquirido, fez-se uma primeira intervenção no exterior e reparações no acesso e estamos a executar as obras internas para que seja possível iniciá-lo ainda este verão. Foram estabelecidos contactos com diversas entidades no sentido de criarmos uma bolsa de mentores, consultores e parceiros que permitirão o arranque da entidade. A estrutura está relativamente bem montada e procederemos à sua abertura ao longo dos próximos meses.

A revitalização do parque industrial de Angra decorre a bom ritmo, já foi feita uma parte importante do trabalho de reorganização dos lotes, vai ser aberto um concurso para novas indústrias naquela zona e os lotes ao lado da incineradora já foram estabelecidos, faltando o apenas proceder ao seu registo, o que acontecerá em pouco tempo.

Foi feita a respetiva escritura do parque tecnológico, a Câmara de Angra ainda não pôde aderir formalmente porque carece de autorização desta Assembleia, o documento está na nossa ordem de trabalhos e passaremos a integrar a direção do parque.

A Câmara tem também mantido um elevado perfil de atividade nas áreas cultural e social. Está a decorrer um conjunto de ações no que respeita às filarmónicas e ao folclore para que esses grupos tenham uma sazonalidade de atuação mais alargada.

O cartaz das Sanjoaninas já foi anunciado, os preparativos estão a decorrer a bom ritmo e espera-se uma excelente festa.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – Como deputado municipal trago aqui preocupações que alguns munícipes me fizeram chegar às mãos. Segundo algumas informações que recolhi de pessoas amigas, a solução da iluminação adotada para a Praça Velha é boa, parece-me adequada e apresenta bons resultados mas alguns residentes perguntam-me para quando uma solução para melhorar a iluminação na rua de S. Pedro que apresenta zonas com pouca luz e, como o senhor presidente da junta sabe, a população residente naquela rua apresenta uma idade média bastante avançada.

Gostaria que o senhor presidente da Câmara me informasse se está prevista alguma melhoria na zona balnear da Silveira, tanto na rampa como no cais, no acesso e iluminação dos balneários e na limpeza, visto que o Ponto 4 da informação da atividade municipal refere a preparação das zonas balneares para a abertura da época.

Sr. presidente da Câmara: – Também recolhi informações de agrado geral em relação à solução adotada na iluminação da Praça Velha que permitiu uma poupança superior a 80% no consumo de energia e já foram adquiridas as lâmpadas com a mesma tipologia para a rua da Sé, rua Direita e rua de S. João que serão instaladas antes das Sanjoaninas.

Os senhores conhecem o estudo feito pela empresa que procedeu às medições. A rua de S. Pedro e a rua do Galo estão devidamente assinaladas, precisam de intervenção e, à medida que os *LED's* forem sendo instalados, melhoraremos também a iluminação dessas duas vias quando passarmos à fase seguinte.

O estudo respeitante à iluminação do concelho foi estendido a toda a zona rural e ainda não está terminado. Estão a ser feitas durante a noite as medições necessárias em todos os arruamentos do concelho e esperamos receber o relatório da empresa ao longo dos próximos meses para sabermos onde temos excessos ou défice de iluminação.

A EDA mantém aquelas lâmpadas amarelas padrão, de vapor de sódio, de 98 Watt, que se encontram por todo o lado, mas existem em Angra algumas lâmpadas de outra tipologia, nomeadamente junto ao liceu, aos bombeiros, no Alto das Covas, no Bailão e outras dispersas pela cidade, cuja responsabilidade de substituição é da autarquia e serão as próximas a serem substituídas neste processo.

Estamos a aguardar o desenvolvimento das negociações que estão a decorrer ao nível da Associação de Municípios para a substituição dos muitos milhares de lâmpadas padrão. Na zona urbana, para dentro da estrada circular, temos cerca de 1 900 lâmpadas e gostaríamos que a sua substituição fosse feita num processo sistemático, em conjunto com a EDA, porque, caso façamos unilateralmente a substituição, ficaremos responsáveis pela respetiva manutenção que é relativamente simples nas ruas centrais da cidade mas torna-se muito complicada e dispendiosa em toda a rede.

O senhor vice-presidente acaba de me informar que a equipa de manutenção encontra-se neste momento a proceder à intervenção na zona balnear da Silveira que já foi feita noutras zonas e falta ainda para este lado no Negrito onde uma das tempestades de inverno causou danos na estrutura. O mar pode ainda causar mais alguns danos e há pedras a repor mas estimamos que todas as zonas balneares se encontrem em pleno funcionamento em finais de maio.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Continuando o nosso debate de há pouco, porque há coisas que importa esclarecer, estou muito satisfeito pelo facto de o senhor presidente da Câmara ter trazido aqui o PROTA. De facto, é importante que tenhamos memória e o senhor sabe que todos os partidos da oposição votaram contra um mau documento regional e não de ilha e só o PS votou a favor...

Sr. presidente da Câmara: – Bela desculpa, sim senhor. É aqui que entram os violinos...

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Não interrompi o senhor presidente, ouvi-o com muita atenção e agradeço o mesmo respeito.

O PROTA divide as ilhas; foi apresentado à Assembleia Legislativa Regional sem ter os pareceres dos Conselhos de Ilha e também não o tinha do Conselho de Ilha da Terceira onde a Câmara de Angra está representada. À época, alguns secretários regionais assumiam as suas dúvidas de que o plano seria de difícil ou impossível cumprimento e os resultados estão à vista.

Sou jovem, infelizmente não tanto como gostaria e ao mesmo tempo também não serei tão velho nem sabido, mas não há meninos nesta casa. O senhor presidente da Câmara julga que trata todas as pessoas como meninos mas comigo não tem sorte. O senhor tem na sua vereação um presidente de uma juventude partidária. Se quer ser respeitado, terá que se dar ao respeito, essa conversa dos meninos já está gasta, é recorrente e agradecia que não voltasse a ir por aí.

O que o senhor presidente aqui fez foi um exercício de demagogia e ninguém tem culpa que o atual presidente da Câmara esteja aprisionado a um passado que também aprisiona muita gente, e eu não tenho vergonha do meu passado nem do que represento.

Sr. presidente da Câmara: – Eu tenho muito orgulho.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Está na hora de o senhor presidente da Câmara se entender com o seu partido e com o seu Governo Regional, porque foram os senhores que aprovaram o PROTA e não estão a cumprir nem a fazer cumprir as vossas promessas relativas à ilha Terceira.

Passando a outras questões da agenda municipal, como toda a gente sabe, o PSD é a favor da realização de boas obras nas calçadas de Angra. Por se tratar de uma urgência, em boa hora a Câmara decidiu intervir na rua Direita.

Damos todo o espaço para que a Câmara teste novas técnicas de colocação das pedras que se possam revelar mais eficazes e duradoras; no entanto, parece-me que a obra que está a ser realizada na rua Direita é de uma qualidade manifestamente má porque fui ao local e parece-me inadmissível o afastamento de cerca de 7 cm entre pedras em algumas zonas.

Gostaria de saber o que a Câmara pretende fazer em termos de fiscalização e se há algum parecer da Direção Regional da Cultura, sabendo que as suas competências foram alteradas com o novo regime jurídico do património imóvel e com o Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra. Será que é impossível que Angra tenha calçadas novas em condições?

No que respeita à obra do Posto Santo, não pode haver uma desresponsabilização pelos erros infelizes que ali aconteceram. Qual é a responsabilidade da fiscalização em projeto e em obra? Estas coisas não acontecem por acidente, porque a Câmara tem mecanismos de fiscalização

da qualidade dos projetos e do trabalho dos empreiteiros e acho que o senhor presidente foi muito ligeiro na abordagem destas questões.

O deputado Péricles Ortins falou das questões da zona balnear da Silveira mas existem outras com problemas complicados ao nível da degradação dos seus pavimentos que precisam de ser substituídos integralmente em vez da colocação de remendos de ano para ano. As nossas zonas balneares são um dos melhores atrativos turísticos que todos os anos se candidatam à bandeira azul e merecem melhores cuidados na ótica dos solários.

O relatório da atividade municipal refere a apresentação do projeto do Clube Náutico mas andamos nisto há seis anos, senhor presidente. No primeiro ano do mandato municipal anterior o projeto apenas esteve orçamentado em 98 mil euros. Faço votos para que desta seja de vez e não se roube o município e o município com projetos megalómanos e muito caros.

Neste boletim de atividade municipal é feita abordagem à reunião da Comissão Municipal de Trânsito. Tendo em conta as sucessivas referências às questões de trânsito pelos deputados desta casa, gostaria que o senhor presidente nos fizesse um ponto da situação do que foi debatido nessa reunião.

Por último e porque estamos em S. Mateus, é referido que se deu início a um conjunto de procedimentos com vista à construção de um pavilhão desportivo nesta freguesia, a mais populosa do concelho, como foi aqui dito pelo senhor presidente da junta. Nada temos contra isso desde que os investimentos sejam ponderados e bem feitos, mas há uma questão: a Terra Chã tem um clube de Futsal com uma importância e implantação social incontornáveis, os Matraquilhos, e espero que não seja pelo facto de a junta ser do PSD que se decide sistematicamente não fazer lá um pavilhão.

Sr. presidente da Câmara: – Quanto à juventude ou à idade, o meu problema é apenas inveja; nada mais.

A obra das calçadas está a ser executada dentro dos padrões para os quais foi adjudicada e o espaço maior entre as pedras tem a ver com a técnica que está a ser usada porque é necessário espaço para uma suficiente presa e para que não surjam fissuras no cimento. A obra está a ser fiscalizada mais do que uma vez por dia, as coisas estão a ser bem feitas e não vale a pena continuarmos com dramas, seguindo o caminho que impediu que a empreitada anterior chegasse ao fim, porque comigo não será assim.

Vamos ter um bom produto final como tivemos no Chafariz Velho onde foi feita a tal experiência porque todos os que por lá passam reconhecem o excelente trabalho feito exatamente com as mesmas especificações do que está a ser feito ali. Houve oportunidade de se fazer isto antes; não se fez, paciência, vamos fazê-lo agora.

No que respeita à obra do pavilhão do Posto Santo, ninguém é desresponsabilizado de coisa nenhuma; quem tem a responsabilidade de executar o projeto terá que assumir todos os custos que nesta altura foram muito substanciais e não foram assumidos pela Câmara. Uma obra que se prolongue no tempo custa muito dinheiro, assim como as medidas corretivas que foram necessárias, mas são os riscos de quem constrói e não do dono da obra.

O projeto do Clube Náutico foi entregue e está a ser apreciado pela direção do clube que se comprometeu a dar o seu parecer na próxima semana.

A Comissão de Trânsito desenvolve o seu trabalho e normalmente as questões a ela submetidas têm a ver com passadeiras e outros assuntos que os municípios nos fazem chegar e procuramos resolver.

Em resposta às afirmações referentes ao pavilhão de S. Mateus, não creio que nenhum senhor presidente de junta possa considerar-se melhor ou pior tratado em função do partido a que

pertença, porque tratamos as questões com os povos das freguesias em função dos interesses do município e não com as juntas. Há obras e trabalho feito em todas as freguesias e vamos executando as intervenções de acordo com os compromissos assumidos.

O pavilhão consta do manifesto apresentado para S. Mateus, falta apenas a aprovação do projeto e o acerto de alguns pormenores relacionados com a criação de condições, para se evitar o que tem acontecido noutros pavilhões do ponto de vista da condensação quando a humidade do ar é muito elevada e também para se evitar o tipo de medidas corretivas que foram necessárias no pavilhão municipal.

Pedimos ao projetista que repensasse alguns aspetos da ventilação do pavilhão, infelizmente um problema crónico nos pavilhões do concelho, e esperamos ter o projeto em condições de ser colocado a concurso em finais deste ano.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Em 2009 e por proposta do CDS-PP, a Câmara Municipal de Angra aprovou um conjunto de regras com vista à transparência na gestão dos dinheiros públicos afetos à realização das festas Sanjoaninas.

Na altura eram por demais os rumores de que as festividades concelhias apresentariam uma dívida que começava a rondar contornos escandalosos. As diligências então efetuadas levaram-nos a descobrir dívidas que remontavam a 2002 no valor superior a 1,3 milhões de euros a que se tinham que somar os juros.

Como é do conhecimento público, à época foi encontrada uma solução de pagamento destas dívidas que passou pela contratualização junto de uma instituição de crédito de um financiamento assumido pela Câmara Municipal.

O que estava em causa, mais do que o bom-nome da Câmara Municipal, era evitar que os voluntários que participavam na comissão das Sanjoaninas fossem responsabilizados pessoal e financeiramente por dívidas que foram avalizadas pelos executivos municipais do PS ao longo dos anos. A solução foi encontrada e hoje não existem dívidas das Sanjoaninas.

As maiores festas do concelho revestem-se de uma grande importância para Angra do Heroísmo, não só sob o ponto de vista da animação e do convívio da população, mas também e essencialmente como um importante momento para a dinamização do comércio tradicional, assumindo-se também como um dos maiores cartazes turísticos do concelho, da ilha e até dos Açores.

A partir de 2010, fruto da aprovação da tal proposta do CDS-PP, as contas das Sanjoaninas passaram a ser geridas pela CULTURANGRA a quem competia, em articulação com os responsáveis pela comissão organizadora das festas, elaborar o orçamento que tinha que ser apreciado e votado em reunião de Câmara até 24 de janeiro de cada ano, remetendo seguidamente o documento aprovado à Assembleia Municipal para conhecimento. Para além disso, passou a ser obrigatória a divulgação pública do orçamento de cada edição das Sanjoaninas, assim como a composição da comissão das festas.

Por fim, mas não menos importante, passou a ser também obrigatório apreciar em reunião de Câmara o relatório e contas preliminares das festas até 60 dias após o término das mesmas, dando-se também depois conhecimento a esta Assembleia, sendo que o relatório e contas final das Sanjoaninas era publicado no sítio da autarquia na internet. Apesar do encerramento compulsivo da CULTURANGRA, estas normas vigoraram até à tomada de posse do atual elenco camarário.

Desde que este executivo socialista assumiu funções, estes procedimentos foram-se desvalorizando, isto para não falar da profunda metamorfose que preconizaram na organização das festas, mormente chamando à vereação a responsabilidade organizativa de todo o certame, alegadamente a coberto de exigências burocráticas.

Com a assunção direta das responsabilidades, a Câmara Municipal acabou por, desde logo, prescindir da colaboração graciosa de dezenas de angrenses que, organizados em comissão voluntária, punham as festas na rua durante aquela semana.

O rigor orçamental das comissões de festas dos últimos anos é de enaltecer e realçar pois, com fortes limitações financeiras impostas pela conjuntura da própria Câmara e com todas as implicações económicas que a crise trouxe para os Açores, conseguiram trazer a Angra o pulsar festivo desta terra e o espírito festeiro do nosso povo.

As principais artérias da cidade, mormente a rua de S. João, ganharam nova vida com as tasquinhas que por acaso um dia abriram nas Sanjoaninas e depois se transformaram em negócios que agora prosperam na cidade.

Os cartazes taurinos foram dos melhores. Os artistas musicais deram projeção nacional e internacional a Angra e as nossas tradições e cultura foram exibidas em cortejos etnográficos e desfiles tradicionais que encham de orgulho qualquer angrense.

As comissões de festas dos últimos anos, os voluntários que graciosamente organizaram as festas, conseguiram importantes fontes de financiamento privadas para ajudar a suportar as despesas.

Era bonito, apesar de extraordinariamente cansativo para quem lá estava, ver o fervilhar de alegria mas também de *stress* dos preparativos para as festas no pavilhão da Achada. O resultado final e os aplausos que brotavam dos milhares de espectadores que faziam Angra transbordar, compensavam todos os esforços. Porém, a atual orientação da maioria socialista é outra.

Na Câmara de Angra, o atual executivo entende que, sozinho conseguirá fazer mais e melhores Sanjoaninas por menos dinheiro. Será que vai ser mesmo assim? Será que a decisão de afastar as comissões de voluntários não vai ser uma má experiência com mais encargos para os bolsos dos angrenses? Veremos.

Depois de dispensar os voluntários sem o reconhecimento devido, a Câmara cancelou todos os eventos que os nossos emigrantes já tinham agendado do ano passado a fim de averbar importantes e significativos apoios financeiros para as festas.

Em 2013 os emigrantes contribuíram com mais de 11 mil euros de donativos para as Sanjoaninas. Em 2014 a comissão das festas recebeu das nossas comunidades mais de 20 mil euros em dinheiro, para não falar das comitivas que se organizaram para regressarem à sua terra nos dias das festas, deixando milhares de euros na nossa enfezada economia.

Esta Câmara é rica, não precisa de apoios para as festas e até terá sido dito a alguém que não se pediria esmola aos emigrantes para as Sanjoaninas. Não pediram esmolas e ainda por cima parece que se esqueceram de forma muito desagradável da comunidade açoriana no Brasil, não convidando para este ano, nenhuma dama da comunidade açoriana naquele país e prescindindo de todos os apoios que a Casa dos Açores do Rio de Janeiro já estava a angariar a favor das festas. Já agora seria curioso saber quanto foi o contributo da diáspora para as Sanjoaninas de 2015.

As sanjoaninas fazem-se agora por ajustes diretos numa tentativa de fazer crer a todos que os desfiles de abertura, infantis e etnográficos e a decoração da cidade vão passar a ser mais baratos mas há dúvidas que nos assolam.

Com as comissões de voluntários, os desfiles feitos com 4 singelos carros alegóricos construídos com 95% de materiais reciclados de outros anos e com mão-de-obra voluntária, custavam mais de 100 mil euros segundo as contas das últimas Sanjoaninas; agora fazem-se ajustes diretos com criativos e artistas da nossa praça por menos de metade daquele preço mas

com mais do dobro dos carros alegóricos, assessórios e figurantes do que nos anos anteriores. Será o milagre da multiplicação das rosas?

Por que motivo a direção artística dos cortejos das Sanjoaninas 2015 não foi entregue a angrenses? Quantos foram os criativos, os *designers*, os empresários de Angra que foram à Câmara Municipal disponibilizar os seus serviços para as festas sem que lhes tenha sido dada sequer uma resposta? Em que lojas do comércio do comércio tradicional de Angra, foram pedidos orçamentos para a concessão dos cortejos e dos desfiles? Precisamente nas mesmas onde a Câmara Municipal e os seus contratados não compraram sequer um carro de linhas ou meio metro de tecido?

O recinto de espetáculos foi concessionado a uma empresa de agenciamento de artistas e organização de eventos por pouco mais de 70 mil euros. À primeira vista poderá dizer-se que se está a poupar muito dinheiro com os espetáculos mas não nos esqueçamos que os avultados apoios financeiros que as cervejeiras davam para patrocinar estes recintos já não serão dados à organização das festas mas à empresa a quem foi concessionado o espaço.

Fez-se com o recinto do Bailão mais ou menos o mesmo que se fez com os parquímetros em Angra; dá-se a ganhar a empresas de fora do concelho. Perdeu-se o apoio das grandes marcas, não se cobra pelas entradas no recinto e não se receberá pelos espaços de restauração e bebidas que venham a ser alugados naquele espaço.

Para a empresa foi um bom negócio. Se me permitem um parêntesis, estou sinceramente a pensar em montar uma empresa para me candidatar a esta organização no futuro. Ponho de pé uma semana de concertos e, dividindo o valor do contrato de uma semana pelos 12 meses do ano, fico a vencer um ordenado mensal de cerca de 6 mil euros.

Atenção! Passe a publicidade, a «Só festas» só assegura os espetáculos do Bailão e o som do Cais da Alfândega e quanto aos outros palcos, nada se sabe; ou deixarão de existir ou será preciso contratar noutra local os artistas e os equipamentos necessários às suas atuações.

Na vertente da gastronomia, só muito recentemente é que foram anunciados os procedimentos de hasta pública para a concessão das tascas; oxalá, não seja tarde demais.

Nas comunidades não se conhecem ações de promoção das festas; aliás, só agora, a cerca de dois meses das Sanjoaninas, é que se apresentam os séquitos que estão a receber aulas de etiqueta e se anunciam os cartazes e os cartéis. Dois meses são muito pouco tempo.

Ninguém sabe sequer onde poderá comprar as pulseiras para os espetáculos e quem eventualmente tenha ponderado tirar férias, vir aos Açores e gozar as Sanjoaninas, entretanto mudou de rumo, escolheu outro destino e já não vem cá parar.

O *facebook* das festas está moribundo; o *site* só agora renasceu. Não se fez promoção nem divulgação das Sanjoaninas em lado nenhum. Valham-nos os aficionados franceses que parece quererem vir à feira taurina de S. João que não é organizada pela Câmara.

Mesmo assim, com todos os imprevistos e imponderáveis que são conhecidos, já chegaram ao ponto de a Câmara de Angra pedir à sua congénere da Praia, três tourinhos de José Albino Fernandes para abrilhantarem a feira com medo de casas com menos aficionados. Mesmo assim, os socialistas da Praia não cederam aos intentos dos socialistas de Angra.

As atividades desportivas que preenchem grande parte dos programas festivos todo o dia, este ano andam a ser financiadas indiretamente através dos regulamentos municipais de apoio às atividades de interesse municipal ou outros. Já não se quer envolver as entidades, as coletividades ou as associações. Agora financia-se sub-repticiamente e, quem sabe, até não se vão de premeio, acautelando uns votinhos para as próximas eleições.

Ao contrário de outros anos, Angra não está envolvida nas suas festas maiores; os voluntários foram botados fora e os trabalhadores abrangidos por programas de ocupação temporária cumprem horário a construir carros alegóricos. Às 16 horas o pavilhão das festas fecha e há de ser o que Deus quiser. E quando estivermos nos acabamentos? Quem vai ficar noites inteiras a finalizar os carros e a preparar os desfiles? Os funcionários da Câmara? Pagos como? Com horas extra ou com ofertas de horas para tirarem noutros dias?

Quando as festas tiverem que descer às ruas para encherem Angra de pessoas, voltaremos a socorrer-nos dos funcionários da Câmara ou vamos chamar os filiados da JS para lhes meter uns crachás das Sanjoaninas ao peito a dizer «Organização»?

Que fique claro que ninguém desta bancada quer o mal das Sanjoaninas porque isso seria o mal final da economia angrense. São dúvidas e incertezas a mais e começa a haver um distanciamento grande demais dos angrenses com as suas festas. Importa recordar a este executivo socialista o que alguém disse um dia e bem: «As Sanjoaninas são as festas do povo e para o povo.»

Sr. presidente da Câmara: – Acabámos de ouvir uma excelente redação, sim senhor. Quanto à resposta, encontrar-nos-emos em junho. Não vale a pena dizer mais nada porque há uma imensa falta de informação, razoabilidade e conhecimento que é patente a todos os que estão nesta sala e os que não estão.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Voltando às obras das calçadas, o CDS-PP apresentou um requerimento, colocando várias questões, que foi atempadamente respondido pelo executivo, mas não ficámos esclarecidos quanto à questão das garantias concedidas pela Câmara Municipal aos empresários com estabelecimentos comerciais na rua Direita relativamente às condições dos respetivos bens e serviços porque obtivemos a resposta de que a obra seria feita em troços de 35 metros para permitir o abastecimento e neste momento a obra é o troço todo.

Sr. presidente da Câmara: – O pavimento só está aberto em 35 metros, já foram fechados 35, faltam outros tantos.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Ainda não vi nenhum veículo a descarregar mercadorias naquela rua; penso que isso não está assegurado.

Quando perguntámos se os proprietários de esplanadas tinham sido indemnizados, o senhor presidente respondeu e muito bem que durante esse período os comerciantes não pagavam pelo uso das esplanadas mas existe um custo adicional de um período de três meses em que as mesmas não estão em funcionamento e os espaços comerciais não poderão obter lucros de uma esplanada no meio de uma obra.

Quanto à questão que colocámos a respeito das possíveis complicações ou atrasos na execução da obra, impedindo a utilização da rua Direita como uma das principais ruas destinadas aos festejos e quais as alternativas equacionadas, a resposta foi que seriam determinadas outras soluções se tal acontecer; gostaria de saber quais são essas soluções.

Atendendo a que a empresa responsável apresentou um orçamento de cerca de metade do valor real da obra e não pode ser eliminada, porque o orçamento se situava um cêntimo acima do valor considerado anormalmente baixo, não se augura nada de bom e antecipam-se problemas porque a obra poderá não estar concluída na altura das Sanjoaninas. Peço ao senhor presidente da Câmara que seja mais específico e claro quanto às questões que acabei de colocar.

Sr. presidente da Câmara: – A acessibilidade mantém-se na parte de baixo da rua que já tem a calçada nova e também na parte de cima que se mantém aberta para que cada comerciante ou morador circule livremente.

O empreiteiro recebeu instruções para abrir o troço já feito ou o que se encontrar em obra, sempre que alguém o queira utilizar, o que é feito provavelmente centenas de vezes por dia. Tenho passado por lá e tenho visto que isso está a ser feito sempre que alguém leva sacos de supermercado a casa ou descarregue algo mais pesado. A obra não apresentou atrasos até agora e, se houver algum problema, ficará um troço com a calçada velha até que se retomem e concluam os trabalhos depois das Sanjoaninas.

A parte remanescente far-se-á num par de dias e temos outras empresas prontas a alinhar caso seja preciso. Se se tratar de algo muito pequeno, os serviços municipais resolverão; se o problema for um pouco maior, será resolvido por uma empresa da especialidade, sendo certo que, no máximo, teremos 35 metros de problema.

Quanto às esplanadas, a conceção do espaço público é sempre precário, feito ao dia e quando não se usa não se paga. A qualquer altura o município poderá dizer ao proprietário de uma esplanada que a deverá retirar, por esta ou por aquela razão, porque está a usar um espaço público precariamente concedido através do pagamento de uma taxa diária.

Sr. d. m. João Santos: – Por se tratar de uma insinuação recorrente, lanço o desafio aos senhores presidentes de juntas de freguesia, nomeadamente ao senhor presidente da junta da Terra Chã, para que se pronunciem sobre a forma como, supostamente, são mal tratados e discriminados pela Câmara Municipal de Angra.

Ouvimos insinuações de que esta ou aquela junta são discriminadas por serem do PSD, que não se faz o pavilhão porque são do PSD, não se trata do lixo porque os funcionários são do PSD, etc. Nunca vejo os senhores presidentes de junta a verbalizarem essas acusações que partem sempre das mesmas duas pessoas...

Rumores impercetíveis na sala.

Sr. d. m. João Santos: – Não podem? Então lanço-vos o desafio de assumirem aqui publicamente que não podem!...

Deixo um conselho ao senhor deputado Pedro Ferreira: passe o senhor deputado a escrever as suas próprias intervenções, que é capaz de fazer muito melhor do que o que lhe escrevem para o senhor debitar aqui.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, Exmo. público, senhores jornalistas, caros deputados.

Preocupa-me o problema do desemprego no concelho, em particular o desemprego jovem. Sou muitas vezes abordado por pessoas que pedem emprego para os filhos e quero acreditar que o senhor presidente da Câmara não ponha um pé fora de casa e não lhe peçam o mesmo.

Sr. presidente da Câmara: – Hoje na rua da Sé encontrei pelo menos dois.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Está a ver? O programa eleitoral desta presidência apresentava um conjunto de medidas interessantes nomeadamente ao nível da criação de emprego, do crescimento económico e da melhoria da competitividade do concelho, de inovação e empreendedorismo, da captação do investimento externo e outras.

O senhor presidente já nos falou de uma unidade interessante para *startups* mas gostaria de ouvir desta Câmara, não só do senhor presidente mas também dos vereadores Guido Teles e Raquel Ferreira, que isto não é apenas um esforço do senhor presidente da Câmara. Gostaria de saber qual o desempenho e os projetos de cada um para a criação sectorial de emprego, em particular o jovem.

Peço que me falem apenas das ações concretas da Câmara e não de projetos em conjunto com o Governo Regional como, por exemplo, o Parque Tecnológico que é uma promessa vinda de

2008 e não se cumpre. O senhor presidente acabou de sair mas entrou a senhora vereadora Raquel Ferreira que nos vai dizer o que está a ser feito na sua área sectorial para a criação de emprego.

Sr. vereador Guido Teles: – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Mesmo que não se queira, falar sobre este assunto implica falar também do Governo Regional, porque a intervenção municipal respeita o princípio da subsidiariedade e seria desadequado que a Câmara Municipal se sobrepusesse a áreas de investimento do Governo.

Ao contrário do que acontece no continente português e na Madeira, o Governo dos Açores disponibiliza uma série de apoios e incentivos que têm permitido aos jovens terceirenses a criação de emprego e a possibilidade de investirem de forma bastante relevante.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Não vamos falar do Governo; apenas da Câmara.

Sr. vereador Guido Teles: – A Câmara tem investido bastante nesta matéria, nomeadamente no que respeita à redução de custos de contexto. Uma das primeiras alterações que fizemos foi ao regulamento municipal de taxas com a criação de isenções e reduções específicas desde a publicidade no comércio promovido por jovens empresários até às suas atividades do dia-a-dia.

Com base na atual conjuntura económica, a Câmara Municipal introduziu um regime transitório no regulamento do parque industrial como incentivo a todos os potenciais investidores no concelho com reduções bastante interessantes nos valores pagos pelos direitos de superfície e de propriedade nos lotes disponíveis.

O regulamento do mercado municipal também sofreu alterações com medidas específicas aplicáveis aos negócios iniciados por jovens, isentando as taxas durante o primeiro ano e aplicando uma redução de 50% nos quatro anos seguintes. A Câmara tem feito todos os possíveis para reduzir os custos associados ao desenvolvimento dos negócios implementados por jovens.

Existem ainda outras medidas que não estão diretamente relacionadas com a criação de emprego mas que vêm facilitar a qualificação dos jovens e a aquisição de habitação ou arrendamento na zona central da cidade.

Conseguimos introduzir medidas específicas ao abrigo de programas de arrendamento para minorar as taxas aplicadas ao nível do IMI aos jovens que arrendarem imóveis na zona classificada, para que sintam uma redução do peso da política fiscal implementada pelo Governo da República.

Espero que seja aqui aprovado hoje um regulamento que permitirá um apoio direto aos jovens que adquiram habitação no centro da cidade e está ainda prevista uma majoração de 10% aos apoios dados pelo Governo Regional e pelo Governo da República para os jovens que arrendarem habitações no centro histórico. Estamos ainda a trabalhar para que o projeto *Startup*, que não é uma matéria fácil, tenha o maior sucesso possível.

Como as medidas de política fiscal implementadas pelo Governo da República têm dificultado também a continuação dos estudos por parte dos jovens angrenses, aprovámos o regulamento de bolsas «Estuda +» para os apoiar, especialmente os que pretendem estudar no polo universitário de Angra.

Sra. d. m. Rita Andrade: – A respeito da construção dos pavilhões, lembro que estava prevista nos manifestos do PS e do PSD a construção de um pavilhão na freguesia da Terra Chã. Se o senhor presidente da Câmara disse, e muito bem, que responde ao povo e não às

juntas de freguesia, tem que fazer cumprir a vontade do povo que, na Terra Chã, escolheu o programa do PSD para a junta de freguesia. Se vai construir um pavilhão em S. Mateus, cumprindo o que está previsto no manifesto, espero que faça cumprir também o manifesto da freguesia da Terra Chã.

Nos documentos entregues à Assembleia Municipal, os quadros relativos à receita e à despesa estão completamente desfocados e eu tive uma enorme dificuldade em perceber os números. Agradeço que para a próxima tenham um pouco mais de cuidado na digitalização dos documentos.

No que toca à receita, nos impostos indiretos há uma execução de menos 41%, cerca de 293 mil euros relativamente ao que estava previsto; gostaria que o senhor presidente me explicasse a diferença nesta cobrança.

Não percebo porque é que nas «transferências de capital» há um aumento de 33% em relação ao que estava orçamentado inicialmente; normalmente poderá ser inferior quando a Câmara efetua o pagamento e há algum atraso no pagamento das verbas do PROCONVERGÊNCIA.

Na despesa existe uma diferença de 97% para mais nas «transferências correntes», cerca de 300 mil euros; nas «transferências de capital» houve mais 69% e eu gostaria de saber para quem ou para quem foram efetuadas estas transferências que não estavam previstas. Há também uma execução de menos 78% nos passivos financeiros em relação ao que estava previsto inicialmente e eu gostaria de saber se foram renegociados pagamentos de empréstimos ou quais as razões destas diferenças.

Sr. presidente da Câmara: – Como estamos a falar de contas do primeiro trimestre, há entradas depois do fecho da respetiva conta. As transferências de impostos têm a ver com o ritmo de transferência a partir das finanças e com a respetiva cobrança e transferência para a Câmara. Do ponto de vista da liquidação, as coisas seguem o caminho normal, não controlamos a entrada de dinheiro mas o Estado pagará e a liquidação está feita de acordo com o previsto.

O crescimento anormal da transferência de capital deve-se ao atraso da obra do Porto Judeu que deveria ter fechado no ano anterior mas fechou neste ano, o que penaliza as contas do ano anterior com a entrada dos respetivos fundos neste ano referentes ao fecho da obra que deveria ter acontecido antes de dezembro mas só ocorreu em fevereiro.

No que respeita às transferências, a Câmara deliberou e muito bem transferir todo o dinheiro o mais cedo possível, em janeiro e fevereiro, para as juntas de freguesia e para as instituições apoiadas, para que pudessem executar o que se propunham durante o ano. Essas transferências excederam o duodécimo respetivo e a normalidade será reposta com o passar do tempo.

Sr. d. m. José Santos: – Senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, muito bom dia. Senhor deputado Pedro Ferreira, tenho muito apreço por si; o meu amigo escreve muito bem e fala melhor ainda mas gostaria que ponderasse bem o que diz a respeito de certas matérias porque uma coisa é omitir um pouco a verdade, a outra é mentir totalmente.

O meu amigo tem que se informar para falar da promoção das festas que está a ser feita nos Estados Unidos e no Canadá, porque nunca as Sanjoaninas foram tão bem divulgadas como agora. Anteriormente a promoção era feita em Toronto e possivelmente em Monte Real e agora estendeu-se a Winnipeg, Calgary, Edmonton e Vancouver.

Não estou a defender a comissão das Sanjoaninas nem a Câmara Municipal; estou a defender os emigrantes, não só da Terceira mas também de outras ilhas, que trabalham arduamente para divulgar as festas que consideram deles; quem esteve lá viu os emigrantes unidos a

divulgarem as festas por toda a parte. Quem lhe deu essa informação mentiu-lhe e o senhor, como pessoa de bem, não tem necessidade de vir aqui mentir à nossa Assembleia.

Sra. d. m. Elsa Costa: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhor presidente da junta de freguesia de S. Mateus, senhoras e senhores deputados.

Corroboro inteiramente as preocupações e chamadas de atenção do senhor deputado Pedro Ferreira a respeito das Sanjoaninas, porque tive o privilégio de colaborar ativamente com uma comissão que recebeu desta Câmara um voto de louvor pelo excelente trabalho realizado.

Por este motivo e por estarmos a dois meses da abertura das festas, fico surpreendida por detetar tão pouco entusiasmo e burburinho por parte dos cidadãos ou dos voluntários que coadjuvam na sua realização.

Remeter para junho o que vai acontecer com as Sanjoaninas, não é resposta, senhor presidente; oxalá que eu e algumas pessoas aqui presentes estejamos enganadas mas já se adivinham derrapagens orçamentais avolumadas, a não ser que o senhor possua alguma magia, que nós não conseguimos identificar, para contrariar esta tendência.

Sabemos que foram às comunidades emigrantes mas também sabemos que não vão trazer dinheiro, ao contrário das duas últimas comissões que nos apresentaram os orçamentos; os vossos nunca vimos, nunca foi apresentada aqui nenhuma conta, não sabemos de nada. Em vez de remeter para junho, o senhor deveria responder a todas as questões que lhe foram colocadas.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Exmo. senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, Exmo. senhor presidente da Câmara e restante vereação, senhores deputados municipais, bom dia a todos.

Vou responder ao desafio do deputado João Santos, que gosta de pôr pedras no fígado aos outros, para lhe dizer que nunca fui discriminado como presidente de junta nem como funcionário da Câmara e não concordo com essas afirmações.

Sr. presidente da Câmara: – Um bom funcionário e um bom presidente de junta.

Sr. d. m. João Santos: – Quem falou em discriminação foi o senhor deputado Luís Rendeiro. Está a ouvir, senhor deputado? Isto é consigo.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Quero dizer na cara ao senhor deputado João Santos que sou um presidente do povo, trabalho para o povo e não para o partido. A junta de freguesia da Terra Chã não sente discriminação por parte da Câmara mas o povo da freguesia sente discriminação do Partido Socialista e da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo porque o manifesto para a construção do pavilhão desportivo na freguesia da Terra Chã aparece desde há três mandatos do tempo da doutora Andreia Cardoso e nunca aconteceu.

Se a construção do pavilhão consta dos últimos manifestos do PSD e do PS para a junta de freguesia da Terra Chã é porque os candidatos dos partidos à Câmara Municipal de Angra se manifestaram de acordo. Nenhum candidato à junta de freguesia apresentaria tal manifesto, sabendo que não poderia cumprir por falta de verbas ou outras razões e dependeria de uma decisão da Câmara Municipal ou do Governo Regional.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Insisto nas questões relacionadas com as Sanjoaninas porque as respostas do senhor presidente da Câmara não são satisfatórias e as festas são um investimento para captar turismo e desenvolver o concelho. Um investimento implica forçosamente um plano e um orçamento que deve ser do conhecimento dos representantes da população no município. A pergunta é lícita e espera uma resposta porque temos a obrigação

de questionar os valores desse orçamento e quanto o município tenciona investir nas Sanjoaninas.

Se as festas passam a ser praticamente semiprofissionalizadas, é também lícito que se questione se a Câmara está disposta a assumir por completo, a partir de agora, a sua organização. Se as festas começaram pelo povo e ao povo pertencem, é preciso esclarecer um conjunto de questões. Se a Câmara passa a investir na roupa de algumas marchas oficiais não é lícito que as outras marchas não exijam os mesmos contributos.

É preciso que as contas das Sanjoaninas sejam prestadas à parte para sabermos até que ponto esse investimento foi controlado porque é muito fácil ser-se populista nestas questões e tem havido descabros atrás de descabros em vez de um investimento que traga riqueza à nossa terra. Tem-se gasto dinheiro de forma desnecessária para contentar o povo em épocas de crise e manipular politicamente a sociedade.

É preciso clareza nos investimentos e na participação e equidade relativamente àqueles que participam nessas atividades e nos apoios concedidos, para evitar discriminações. Quando se entra na profissionalização, uns têm trabalho, que deve ser pago, e outros têm que trabalhar gratuitamente e no final queremos saber quanto as festas custaram relativamente ao que tinha sido estipulado e se houve algum tipo de derrapagem no investimento.

Sr. presidente da Câmara: – O orçamento das Sanjoaninas é aprovado por esta Assembleia, consta do orçamento da Câmara, são 250 mil euros de fundos próprios que lá estão inscritos e é esse valor que será executado. As contas foram apresentadas com pormenor, o que não costumava ser feito anteriormente.

Há um documento detalhado de todas as contas das festas do ano passado que foram incluídas no documento que está aqui hoje para apreciação. Convido-vos a consultarem a página 53 do relatório de contas onde encontrarão tudo devidamente espelhado, desde custos, perdas e ganhos; há transparência absoluta nesta matéria como não era costume fazer-se.

Na Câmara Municipal apreciamos com todo o pormenor as contas da comissão apesar do documento enviado não conter algumas questões contratuais relacionadas com artistas que a Câmara tem a obrigação de não revelar mas apresenta o agregado. Se pretenderem saber melhor, e uma vez garantida essa confidencialidade, poderão ver o relatório integral de contas superdetalhado onde nada falta.

Em relação ao envolvimento popular na realização das festas, a notícia de que disponho é que temos mais cerca de 30% de voluntários em relação ao ano anterior. Com a permissão do senhor presidente da Mesa, passo a palavra à senhora vereadora Raquel Ferreira que tem conduzido esse processo.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – No que respeita às Sanjoaninas as coisas estão a decorrer com toda a normalidade. Há, de facto, um aumento de 30% da participação de voluntários nesta comissão, em relação ao ano anterior; temos cerca de 47 voluntários interessados em colaborar na organização das festas, os anúncios referentes aos espaços da gastronomia estão a ser publicados dentro dos prazos das inscrições anteriores e há uma equipa da Câmara envolvida na elaboração dos carros alegóricos, com tudo a decorrer dentro da normalidade.

O programa provisório das Sanjoaninas foi divulgado ontem e ainda nos faltam inscrever algumas atividades das entidades que pretendam colaborar...

Interrompida pelo senhor deputado Pedro Ferreira.

A sua rádio é a rádio oficial; se o senhor acha que as festas estão a ser mal divulgadas, reveja o papel da sua rádio.

Sra. vereadora Catarina Matias: – Boa tarde senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores deputados, senhor presidente da junta de S. Mateus que recebe esta Assembleia Municipal com muita responsabilidade, amor e carinho.

O facto de ter pertencido a uma comissão de festas no ano 2013 fez-me ver que existem algumas diferenças entre o modelo atual e os anteriores. A senhora vereadora Raquel diz que este ano há um aumento de 47 voluntários mas lembro que o número de voluntários envolvidos nas comissões anteriores situava-se acima das 90 pessoas sem contar com as equipas de coordenação ou das áreas da gastronomia, espetáculos, desporto e por aí fora.

Tive o prazer de participar no almoço das Sanjoaninas no ano passado e não vi ninguém interessado em continuar a pertencer à comissão das festas, provavelmente por não ser o *timing* ideal para se convidar alguém, numa altura em que as pessoas estão cansadas. Não tenho nada contra este modelo de organização das festas mas gosto da transparência que deve ser aplicada em qualquer modelo, seja ele qual for.

Sr. d. m. João Santos: – Gostaria de pedir um esclarecimento ao senhor presidente da junta de freguesia da Terra Chã, porque não percebi uma parte do que ele me queria dizer diretamente na cara.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Deve ter sido a parte das pedras no fígado ou que eu sou um presidente do povo e trabalho para o povo.

Sr. d. m. João Santos: – Não, foi imediatamente antes.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – O senhor deputado devia ter tomado nota e depois chamava-me à atenção.

Sr. d. m. João Santos: – Na altura o senhor presidente da junta não se encontrava na sala, tive que falar na sua ausência e provavelmente não lhe explicaram as coisas corretamente porque não disse nada do que o senhor presidente referiu.

O senhor deputado Luís Rendeiro acusa recorrentemente a Câmara Municipal de discriminar as juntas de freguesia do PSD, de não fazer obras nas freguesias cujas juntas são do PSD, de tratar de forma diferente os senhores presidentes de junta de freguesia do PSD e falou concretamente da Terra Chã.

Apenas lancei o desafio aos senhores presidentes de junta de freguesia do PSD, nomeadamente ao senhor presidente da junta de freguesia da Terra Chã, para se pronunciarem a respeito do tratamento dado pela Câmara às suas freguesias. Não teçi qualquer outro comentário relativamente à forma como o senhor presidente trabalha ou administra a junta de freguesia, porque sei muito bem como o senhor trabalha.

Quando pedi para os senhores presidentes de junta se pronunciarem, foi aqui dito que os senhores não podem fazê-lo, o que me deixou ainda mais expectante. O senhor presidente da junta de freguesia da Terra Chã decidiu pronunciar-se e muito bem, estou esclarecidíssimo e tomei boa nota do que disse; foi tão simples quanto isto.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Agora que tenho um pouco mais de tempo, aproveito para dizer que é um prazer estar na casa vizinha porque sou de S. Bartolomeu; S. Mateus é uma nação e estamos todos muito contentes por estar aqui.

A respeito do desafio do senhor deputado João Santos, o clube Matraquilhos da Terra Chã, que neste momento se encontra na II divisão, não possui nenhum espaço desportivo coberto e tem a sua sede a funcionar numa das antigas casas da universidade dos Açores que atualmente faz parte do parque tecnológico.

Sem querer embalar nessa conversa das politiquices, para que não restem dúvidas em relação ao desafio lançado pelo senhor deputado João Santos e eu não ache que a Terra Chã não

possui um poli desportivo por ser de uma cor política diferente da Câmara, gostaria que me explicassem de uma vez por todas quais os critérios para a construção de determinados espaços desportivos, desnecessários em certas freguesias, em detrimento de outras onde existem desportistas com provas dadas da sua qualidade que não têm sequer um espaço coberto para as suas atividades.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O senhor presidente da Câmara não respondeu a uma das questões que lhe coloquei há pouco, a respeito da existência de um parecer da DRC acerca da técnica que está a ser utilizada na obra das calçadas da rua Direita.

Em resposta à intervenção do senhor deputado João Santos, a pergunta é simples: há quantos anos está prometido o pavilhão para a Terra Chã, tendo em conta as necessidades desportivas daquela freguesia e há quanto tempo está prometido e vai ser construído um pavilhão na freguesia de S. Mateus?

Porque a bancada do PSD tem sido crítica a vários procedimentos de ajuste direto realizados por esta Câmara, gostaria que o senhor presidente me explicasse melhor o ajuste direto para aquisição do tecido para a remodelação do salão nobre da Câmara Municipal que se apresenta num valor de 46 126,02 € por 241 metros, equivalendo a 166,50 € por metro de tecido. O que justifica este preço por metro de tecido, senhor presidente? Foi encomendado ao costureiro Armani ou ao Dior?

Sr. presidente da Câmara: – Começando pela questão das calçadas, não existe nem é necessário qualquer parecer porque a Câmara assume a responsabilidade da obra.

O tecido do salão nobre foi encomendado de acordo com os padrões adequados, dadas as características do que lá existia; lamento não poder informá-lo melhor, porque também não sei e não sou especialista em padrões de tecidos de parede. Aquele é o tecido necessário para que nos possamos continuar a orgulhar de possuir e manter aberto ao público, um dos melhores edifícios desta cidade. Terá sido provavelmente o preço pago também pelos nossos antecessores em 1983 e por aqueles que há 150 anos colocaram lá o tecido pela primeira vez. Há coisas que se pagam e o ajuste direto foi feito de acordo com o que a lei permite, após consultarmos quem deveríamos consultar.

Aqui, não embarcamos em coisinhas de rede social, senhor deputado. O senhor pode fazer os *posts* que lhe apetecer que não vamos por aí. A lei foi cumprida e é com todo o orgulho que, como presidente da Câmara de Angra, me responsabilizo pelo tecido que lá vai ser colocado porque ninguém está a esconder nada.

Foi comprado o tecido adequado que correspondia ao padrão que existia no salão nobre e na sala de reuniões, cuja amostra foi enviada para os diversos fornecedores. O valor envolve o tecido e a costura que, ao que parece, é bastante complicada e custa muito dinheiro porque não se pode ter obras de arte sem os respetivos custos.

Para que o senhor não se escandalize, aproveito para o informar que o retrato de D. Maria está a ser restaurado em Lisboa e vai custar a módica quantia de 10 mil euros para que tenhamos o salão nobre e todo o edifício dos paços do concelho no seu pleno esplendor na data da celebração dos 150 da sua inauguração numa cidade património mundial.

Espero que as próximas gerações de angrenses se possam orgulhar desta casa que é do povo, que é de todos nós. Trata-se de um investimento feito pelo povo e para o povo num edifício que é um património sem par nos edifícios municipais em todo o país.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Como a engenheira mestre Raquel não tem palavra, passou o ónus ao senhor vereador Guido Teles que nos apresentou um rol de medidas fantásticas do Governo Regional, que não têm surtido qualquer efeito, porque o desemprego jovem continua a aumentar e eu questioneei em relação ao programa que nos foi apresentado pela Câmara

baseado na promoção do emprego jovem. Gostaria de conhecer exclusivamente as medidas da Câmara e não vale a pena estarmos aqui a falar do Governo Regional.

O parque tecnológico arrasta-se desde de 2008 e até o senhor presidente da Câmara em plena campanha eleitoral anunciou que a fábrica da ISOPOR seria construída cá ou em mais lado nenhum e acabou por se deslocar para onde bem sabemos.

Sr. presidente da Câmara: – Não anunciei nada disso! Não vale a pena repetir.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Vou esquecer as medidas do Governo, porque estamos na Assembleia Municipal e gostaria de saber quais os resultados expectáveis das medidas implementadas pela Câmara até ao final deste mandato, no que toca à captação do investimento externo e à criação de trabalho jovem, um dos vetores da vossa proposta.

Sr. vereador Guido Teles: – Talvez o senhor deputado não tenha prestado atenção ao que eu disse porque falei dos vários programas disponíveis pela Câmara Municipal e até me esqueci de alguns.

O ano passado realizámos um fórum sobre o empreendedorismo social e há duas semanas, em parceria com a Direção Regional da Juventude, preparámos um *bootcamp* que permitirá disponibilizar as ferramentas necessárias para que os jovens angrenses possam criar emprego e iniciativas inovadoras. Para além disso, o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação veio também permitir aos jovens a realização de obras a preços mais baixos.

Estamos à espera dos resultados da reunião que tivemos com o AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal) e com a Secretaria de Estado da Economia que esteve presente na ilha Terceira, no âmbito da discussão das medidas relacionadas com o plano de revitalização, e se propôs a ajudar o município nalguns investimentos externos.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Oh senhor presidente da Câmara, isto assim vira o disco e toca o mesmo! Nós fazemos-lhe perguntas a respeito do pavilhão da Terra Chã e o senhor simplesmente não comenta; pelo menos assuma que não o vai construir.

Sr. presidente da Câmara: – É uma das minhas liberdades fundamentais, senhora deputada.

Sra. d. m. Rita Andrade: – É triste mas é verdade. Queria que o senhor assumisse perentoriamente que não vai construir um pavilhão na Terra Chã, apesar de constar do manifesto que foi sufragado pelo povo daquela freguesia, que o senhor diz representar, e vai construir um pavilhão em S. Mateus, que por acaso é a minha freguesia e contra ela falo. Acho muito bem que construa o pavilhão em S. Mateus mas também o da Terra Chã por todas as razões aqui apresentadas e mais algumas.

O senhor presidente referiu que as contas das Sanjoaninas estão analisadas pormenorizadamente no relatório de contas de 2014 mas na página 46 é referido: «*Foi excluído deste gráfico o custo das Sanjoaninas que será analisado pormenorizadamente mais à frente.*» O tal gráfico da página 53 fala apenas em despesas e custos. Quanto a mim, um gráfico que refere as despesas, os custos totais da Câmara, os custos totais gerais e o saldo, não me parece que contenha grandes pormenores.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Boa tarde Exmo. senhor presidente da Assembleia, Exmo. senhor presidente da Câmara e restantes membros, caros colegas deputados e presidentes de junta e em especial ao senhor presidente da junta de freguesia de S. Mateus, a quem agradeço o acolhimento.

Quero felicitar o sucesso dos clubes desportivos da Terra Chã que é reconhecido por todos, o resultado do clube «Os matraquilhos» e também a equipa de rua que trabalha com jovens naquela freguesia. As vitórias desse clube e o trabalho de rua realizado naquela zona difícil provam que os pavilhões não fazem os desportistas e são as pessoas que fazem o sucesso.

Sem querer pronunciar-me a respeito da construção de qualquer pavilhão, felicito os clubes e os seus dirigentes que sabem mobilizar os jovens e levá-los às vitórias, independentemente de terem ou não terem um pavilhão, cuja construção deverá ser analisada por quem entende mais de desporto do que eu. Todos temos que assumir a rentabilização de custos e equipamentos e existe um Conselho Municipal do Desporto que também se poderá pronunciar sobre este assunto.

Se houver um critério que defina a construção de pavilhões, segundo a Carta Social e os dados dos últimos censos, o pavilhão deveria ser construído em S. Mateus onde existem mais de 200 crianças ou jovens e mais 100 jovens dos 15 aos 24 anos do que na Terra Chã.

Relativamente às Sanjoaninas, foi comunicado em sessões anteriores desta Assembleia que a gestão das festas seria feita pela Câmara Municipal. Vamos apoiar a Câmara e convidar ou mobilizar quem quiser colaborar e ajudar, porque também podemos desempenhar esse papel e no final avaliaremos qual dos modelos apresenta melhores resultados.

Sr. presidente da Mesa: – Em resposta aos senhores deputados que colocaram a questão relativa à segunda intervenção, eu anunciei que iríamos passar à terceira volta, não havendo lugar à repescagem de quem não se inscreveu atempadamente.

Sr. d. m. Pedro Ferreira (*para uma interpelação à Mesa*): – Muito obrigado pelo seu esclarecimento mas a leitura do CDS-PP é que os senhores deputados têm direito a duas intervenções, uma de 10 e outra de 5 minutos. Não me cabe a mim nem ao meu grupo fazer a gestão das voltas e entendo que tenho direito a uma segunda intervenção de 5 minutos.

Sr. presidente da Mesa: – O regimento diz que na primeira volta há o direito a uma primeira intervenção de 10 minutos e uma segunda de 5 minutos e depois entramos no terceiro período em que o tempo global é reservado a quem não se inscreveu na primeira volta.

Intervenção impercetível do senhor deputado Pedro Ferreira.

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado, não tenho paciência para brincadeiras! O regimento explica claramente que há um primeiro período em que o senhor tem 10 minutos para intervir, um segundo período com mais 5 minutos e depois há uma segunda volta para quem não se inscreveu na primeira. Não tenho que repetir o que cada senhor deputado tem obrigação de saber!

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – O senhor presidente acabou de anunciar uma Terceira volta e eu quero saber se ainda posso falar no âmbito da segunda.

Sr. presidente da Mesa: – Não pode falar, senhor deputado; leia o regimento.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – O emprego deve ser a primeira preocupação de todos nós. São várias as intenções e os programas, tanto ao nível dos governos como dos municípios, mas o problema são os resultados relativos ao emprego jovem no nosso concelho, que não temos obtido até agora, mas vamos esperar até ao final do ano.

Sr. presidente da Câmara: – Estou inteiramente de acordo com o senhor deputado Péricles Ortins. O emprego é a nossa principal preocupação; infelizmente há um conjunto de matérias que não surtem efeitos imediatos mas há que ter esperança que a atual situação económica se inverta. Pelo que me vou apercebendo, não há por ora sinais dessa inversão mas estamos a fazer muitos esforços com iniciativas inéditas em termos de atividade municipal e vamos ver o que o futuro nos reserva.

Sr. d. m. António Alves: – Senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados, muito boa tarde a todos. Informo que em S. Mateus existem duas equipas de Futsal feminino, uma das quais disputou o campeonato

regional e a outra trabalha há nove anos consecutivos com grande empenho em conjunto com outras equipas do concelho.

Sr. presidente da Câmara: – Para que não fique a ideia que a Câmara é indiferente a esta ideia, a construção de pavilhões nesta altura é algo problemático e foi considerada uma prioridade negativa no atual quadro comunitário, o que quer dizer que não podemos contar com qualquer financiamento para esse tipo de infraestruturas e infelizmente outras como as estradas. Há um conjunto alargado de infraestruturas que saíram de financiamento, razão pela qual este não é o tempo de estarmos a prometer pavilhões para a Terra Chã ou para outra qualquer freguesia.

Estamos a dar continuidade aos processos existentes, esperando que os tempos melhorem; se assim for, não será pelo facto de votar neste ou naquele partido ou em função da sua atividade populacional, que a Terra Chã ou outra qualquer freguesia, não de ter pior ou melhor tratamento.

Precisaríamos de uma rede concelhia de infraestruturas desportivas que não tem que ficar circunscrita a cada uma das freguesias. Os pavilhões devem ser construídos em função da atividade potencial medida pelos habitantes em cada um dos lugares e o mesmo pavilhão pode servir várias freguesias vizinhas, abrangendo vários aglomerados populacionais. A Câmara gostaria de poder prometer e construir mais pavilhões mas vamos ver como as coisas se desenvolvem. Ficam desde já informados que, pavilhões, infraestruturas culturais e estradas, saíram para já do horizonte dos financiamentos.

Sr. presidente da Mesa: – Para que não haja dúvidas, permitam-me que vos leia o artigo 24º do regimento da Assembleia, regras do uso da palavra para discussão da ordem do dia:

«Ponto 2 – Para a discussão de cada ponto da ordem do dia é concedida a palavra a cada membro que para tal se inscreva no máximo de duas vezes sobre cada assunto e por períodos não superiores a 10 minutos da primeira e 5 da segunda.

Ponto 3 – Após as intervenções efetuadas no número anterior, se a discussão não tiver terminado, haverá um segundo período de intervenções globais de 20 minutos que serão equitativamente distribuídos e limitados aos membros que não tenham usado da palavra ao abrigo do número anterior.» É isto que é observado desde a primeira hora na discussão dos diferentes temas que são aqui abordados.

Sr. d. m. Pedro Ferreira (para uma segunda interpelação à Mesa): – Senhor presidente, é para lhe dizer olhos nos olhos que o respeito e a consideração que nutro por si, vinda de outros locais e de há muito tempo, jamais me levariam a brincar consigo.

O que me suscitou dúvidas foi o facto de o senhor ter falado numa terceira volta, à qual eu nunca tinha assistido, e poderia ser do meu desconhecimento. Eu tinha intenção de falar mais uma vez usando os tais 5 minutos da segunda intervenção e assumo que desconhecia este número 3.

Peço desculpas se, eventualmente terei sido ousado na forma como falei consigo e quero que saiba que o respeito e a consideração que o senhor me merece, jamais levarão a que brinque consigo ou quem quer que seja. Muito obrigado.

Sr. presidente da Mesa: – Não tenho dúvidas sobre as palavras que o senhor deputado acabou de proferir. Usamos a primeira e a segunda intervenções e, no fundo, acaba por haver uma terceira. Reconheço que a questão não é fácil de gerir mas é esta a metodologia que tem sido respeitada desde sempre e a linguagem poderá ter levado a alguma interpretação menos correta.

Não se registaram mais intervenções. A informação do senhor presidente da Câmara relativa à atividade municipal foi apreciada.

Interrupção dos trabalhos para almoço.

1.2 – Documentos de prestação de contas da Câmara Municipal relativos ao ano de 2014, para apreciação e votação da Assembleia Municipal em conformidade com o estabelecido nas alíneas a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da resolução n.º 4/2001 de 18 de Agosto, os quais se encontram elencados no anexo I e integralmente elaborados, com exceção do número 23 “Subsídios Obtidos” – não aplicável; 24 “Ativos de Rendimento Fixo” – não aplicável; 25 “Ativos de Rendimento Variável” – não aplicável e 35 “Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais” – não aplicável.

Os documentos acima referidos apresentam os seguintes resultados:

Fluxos financeiros:

- **Saldo da gerência anterior:** 3 286 613,89 € (três milhões duzentos e oitenta e seis mil seiscentos e treze euros e oitenta e nove centavos).
- **Receitas orçamentais:** 17 412 030,24 € (dezassete milhões quatrocentos e doze mil trinta euros e vinte e quatro centavos).
- **Despesas orçamentais:** 18 244 809,84 € (dezoito milhões duzentos e quarenta e quatro mil oitocentos e nove euros e oitenta e quatro centavos).
- **Saldo para a gerência seguinte:** 2 453 834,29 € (dois milhões quatrocentos e cinquenta e três mil oitocentos e trinta e quatro euros e vinte e nove centavos).

Demonstração dos resultados do exercício:

- **Custos e perdas:** 15 455 744,10 € (quinze milhões quatrocentos e cinquenta e cinco mil setecentos e quarenta e quatro euros e dez centavos).
- **Proveitos e ganhos:** 17 498 036,25 € (dezassete milhões quatrocentos e noventa e oito mil e trinta e seis euros e vinte e cinco centavos).
- **Resultado líquido do exercício:** 2 042 292,15 € (dois milhões e quarenta e dois mil duzentos e noventa e dois euros e quinze centavos).

Nos termos do ponto 2.7.3 do Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, propõe-se à Assembleia Municipal que o mencionado resultado do exercício seja aplicado nos seguintes termos:

- **571 – Reservas legais:** 77 208,00 € (setenta e sete mil duzentos e oito euros).
- **574 – Reservas livres:** 1 965 084,15 € (um milhão novecentos e sessenta e cinco mil e oitenta e quatro euros e quinze centavos).

Dada a manifesta impossibilidade de reconhecimento contabilístico, em 2014, do passivo referente à subscrição do capital do FAM (Fundo de Apoio Municipal - Lei 53/2014) no valor de 1 023 838,27 €.

Verificando-se que o relatório e contas de 2014 já foram aprovados em reunião de Câmara, não sendo possível a sua alteração e considerando que as instruções do

SATAPOCAL apenas foram divulgadas a 23/04/2015, a Assembleia Municipal toma conhecimento expresso das referidas instruções e do facto do passivo ser reconhecido apenas na gerência de 2015.

Sr. presidente da Câmara: – Como vêem, a conta da Câmara não é um documento pequeno e vou tentar ater-me aos aspetos de maior interesse do ponto de vista da gestão municipal.

O quadro de pessoal manteve a mesma tendência de decréscimo do ano anterior com uma redução pequena e sustentada do número de efetivos. Há um aumento substancial do número de técnicos superiores que não corresponde a novas contratações mas sim à reclassificação de funcionários da Câmara com as habilitações necessárias que já pertenciam aos quadros da autarquia e aos quais foi dada a possibilidade de ingressarem em novas carreiras.

Manteve-se uma redução de 2% do pessoal de acordo com aquilo a que nos obriga o orçamento de Estado do ano passado; ultrapassou-se esse número, o que permitiu a admissão de um nadador salvador para as piscinas, a única entrada nos quadros municipais no ano de 2014.

Apesar desta melhoria resultante da reclassificação, continuamos com um quadro municipal manifestamente deficiente na área dos técnicos superiores, particularmente nas áreas da engenharia e do direito onde a Câmara tem enormes necessidades mas este ano mantêm-se as restrições à admissão de pessoal.

Reduzimos em cerca de 9% o endividamento municipal, mantendo a tendência de redução do ano anterior e no que respeita à sua própria responsabilidade, a Câmara tem um endividamento de apenas cerca de 7 milhões de euros. O restante endividamento de cerca de 11 milhões de euros, apesar de ser da responsabilidade da Câmara, é garantido pelo Governo no que respeita ao capital e aos juros, razão pela qual, em situação normal com as regras aplicadas este ano, a autarquia teria uma capacidade de endividamento na casa dos 11,2 milhões de euros, muito longe do limite que a lei permite, embora qualquer endividamento tenha que ser devidamente justificado e careça de uma autorização do Ministério das Finanças.

Continuamos com a autorização de 1,2 milhões de euros de endividamento visado pelo Tribunal de Contas mas não se prevê que venha a ser utilizado. Este visto do TC caduca a 31 de dezembro do corrente ano, ou seja, se não houver necessidade de utilizar este valor, a prerrogativa cessa no fim deste exercício financeiro.

A execução orçamental foi razoavelmente boa em todas as áreas quando comparada com anos anteriores, assim como a execução financeira que não foi melhor devido à obra do Porto Judeu já aqui focada da parte da manhã. Se a obra tivesse terminado antes de 31 de dezembro, teriam entrado mais de 700 mil euros na execução do ano passado e ter-nos-íamos situado em mais de 80% de execução. Não conseguimos melhor e talvez não o façamos este ano devido a problemas na execução resultantes das dificuldades dos empreiteiros, o que leva a que as obras se atrasem mais do que deviam e ainda com a disponibilização dos fundos comunitários.

O ano passado foi complexo devido ao fim do quadro, porque fomos obrigados a inscrever todas as verbas, incluindo as que serão executadas este ano e, mesmo assim, conseguiu-se uma boa execução. Este ano estamos com igual dificuldade com o início do novo quadro, já que ainda não foi aberta a maior parte das linhas de financiamento para um conjunto de áreas.

Do ponto de vista das despesas correntes, fez-se a contenção possível em algumas áreas, particularmente no que respeita ao pessoal, e noutras em que temos alguma capacidade de gestão. Aumentou-se substancialmente o financiamento concedido a outras entidades, em particular àquelas que quiseram fazer obras, foi feito um grande trabalho e tenho que agradecer a colaboração das juntas de freguesia sem qualquer exceção.

O dinheiro transferido para as juntas de freguesia e para as entidades sem fins lucrativos gerou uma quantidade considerável de emprego, resultando numa grande ajuda para as famílias, o que permitiu também que a generalidade dos edifícios públicos do concelho esteja em excelente estado. Foi um esforço conjunto que a Câmara agradece reconhecidamente.

Continuamos a ter um saldo de gerência propositadamente elevado porque a generalidade do dinheiro que ali está inscrito corresponde ao financiamento do pacote de estradas que ainda está em execução e apenas terminará no fim deste verão. Por razões que todos conhecem, tivemos que proceder à adjudicação no ano passado mas a sua execução prolonga-se por este ano com a transição do dinheiro que estava inscrito.

Toda a situação financeira do município foi equilibrada, não temos nenhuma situação de desvio em relação ao que esperávamos e, na generalidade das áreas, o percurso manteve-se em relação aos anos anteriores.

Sem prejuízo da conta detalhada que consta daquelas tabelas, introduziu-se um resumo de alguns custos mais significativos do município. Interessa olharmos para a página 50 no que respeita aos equipamentos e infraestruturas rodoviárias em que se fez um investimento de 1.8 milhões de euros nas estradas municipais em praticamente todas as freguesias.

No que respeita às obras por administração direta, há um esforço grande no sentido de mobilizar os funcionários municipais com vista à recuperação de edifícios municipais porque tínhamos um conjunto alargado de estruturas que se encontravam em péssimo estado de conservação a necessitarem de manutenção. Esse centro de custos espelha o esforço de investimento que se fez na utilização da mão-de-obra municipal.

Há pouco não me lembrei mas fui verificar que fora dado conhecimento das contas detalhadas das Sanjoaninas em sessão anterior da Assembleia que certamente estarão disponíveis para consulta no servidor. Esta contabilização das festas Sanjoaninas não deve ser vista em desdouro de ninguém, muito menos das comissões que fizeram o seu melhor em anos anteriores. Para além dos dinheiros, bens e serviços geridos pela comissão, há outros custos relativos a trabalhos efetuados pela autarquia desde a montagem e desmontagem de iluminações, pagamento de eletricidade, de água, das barraquinhas, das tendas, serviços de limpeza, etc., sobre os quais a comissão de festas não tem qualquer controlo ou conhecimento.

No ano passado a despesa municipal com as Sanjoaninas rondou os 400 mil euros, valor que não podemos considerar exagerado face à mais-valia que as festas trouxeram ao concelho. Não é possível fazer a festa sem dispêndio, que foi feito com sucesso, e volto a agradecer às pessoas que a geriram no ano passado e a todos os que se esforçaram para o seu sucesso. Para além da redução da despesa, houve um bom serviço prestado ao nosso concelho, à ilha e aos Açores porque a relevância das festas Sanjoaninas ultrapassa as fronteiras concelhias.

Houve também um grande investimento na área da habitação social onde existe um saldo negativo, porque o valor das rendas pagas não cobre as despesas e o aumento do saldo negativo deve-se ao aumento das reparações das habitações.

Ao longo do ano passado fez-se um enorme esforço no sentido de melhorar o parque habitacional da Câmara e ainda não conseguimos chegar a todo o lado. Foram intervencionadas algumas habitações com falta de manutenção desde a sua construção e foi substancialmente melhorada a conservação da generalidade das mais de 400 casas do parque municipal; algumas foram quase integralmente reconstruídas, por se encontrarem abandonadas e totalmente vandalizadas, não restando quase nada do seu interior.

Do setor da habitação social resulta uma parte substancial dos montantes que temos em dívida, uma matéria que tem vindo a ser resolvida através de planos de pagamento, apesar de

um conjunto grande de atrasados que demorará muitos anos a recuperar e provavelmente nunca o será na totalidade.

Chamo a vossa atenção para o enorme investimento feito na melhoria da qualidade das zonas verdes e balneares; o jardim está muito melhor do que antes, assim como todas as infraestruturas à guarda da Câmara onde foram efetuadas claras melhorias.

No que respeita às receitas patrimoniais e às perdas, não há grandes alterações na área do orçamento dos gastos e proveitos ordinários da Câmara. A maior parte da alteração que aqui se traduz tem a ver com um entendimento diferente assumido pelo Estado na inscrição das verbas; diminuíram as despesas de capital e aumentaram as despesas correntes, o que não apresenta qualquer significado real e apenas leva a uma pequena variação. Se somarmos ambos os lados obtemos um jogo de soma nula porque diminuiu num lado e aumentou no outro.

A forma como o Estado classifica as suas receitas é uma questão meramente contabilística. Continuamos a assistir a uma quebra substancial nas receitas das taxas relacionadas com as obras porque a construção civil ainda não dá sinais de revitalização.

Em relação às despesas extraordinárias, em que, na página 73, aparecem cerca de 1,8 milhões de euros, a grande fatia deve-se às transferências de capital concedidas na sua maioria às juntas de freguesia e às entidades sem fins lucrativos.

O ano passado, o município adquiriu algum património e cedeu outro. As questões antigas como a sede do Rádio Clube de Angra, o Clube Musical Angrense e a praça de touros, estão finalmente resolvidas com as respetivas escrituras feitas, o que é introduzido na conta como atividade extraordinária.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Na página 62, o resultado que aparece na ordem de trabalhos é de 2 042 000,00 €. Na página 75 aparece um resultado líquido de 1 500 000,00 € e os 5% das reservas legais, que são obrigatórias segundo o POCAL, estão calculadas sobre este milhão e meio de euros; o valor parece-me errado. Apesar de não ser a desejável, é de saudar a execução que está muito melhor do que a dos últimos anos, um sinal de que algumas coisas estão a ser feitas em Angra.

Em relação à operação meramente contabilística da troca das despesas de capital pelas despesas correntes, como referiu o senhor presidente da Câmara, acaba por se tratar de uma opção política, porque não tem os mesmos resultados. Como o senhor sabe, as despesas correntes não têm o efeito das despesas de capital que representam o investimento e o respetivo retorno para o concelho.

Falando agora dos anexos ao documento, aparecem quatro mapas e dois geraram-me alguma confusão; um contempla quem possua dívidas inferiores a 5 mil euros e no outro, que julgo ser o final, estas dívidas não aparecem. Gostaria de saber se a Câmara perdoou estas dívidas inferiores a 5 mil euros.

Gostaria também de saber o que a Câmara está a fazer para tentar resolver este problema grave de mais de meio milhão de euros de rendas em atraso referentes à habitação e estabelecimentos comerciais, constituindo-se em concorrência desleal com quem cumpre as suas obrigações, pagando as suas dívidas, porque há meios legais para obrigar as pessoas a cumprir, quanto mais não seja, fechando-lhes as portas. Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos dissesse o que vai ser feito em 2015, para que a Câmara resolva estas questões e recupere este dinheiro, pelo menos a parte dos comerciantes.

Relativamente à certificação legal das contas por parte dos revisores, na parte dos ênfases, o revisor diz em opinião que as demonstrações financeiras se processaram de forma verdadeira e apropriada, o que ninguém duvida, mas chama a atenção para um saldo estático de natureza

credora na rubrica de proveitos diferidos que aguarda deliberação formal para encontro de contas com os Serviços Municipalizados. Gostaria que o senhor presidente me esclarecesse também esta questão.

Sr. presidente da Câmara: – Na página 44 chamo a atenção para a diferença entre os custos incorporados e não incorporados, que tem a ver com variações patrimoniais e não com variações de fluxos financeiros, o que faz com que ambos os quadros estejam corretos. O valor mais pequeno corresponde ao dinheiro e o resto ao valor atribuído aos imóveis do município e às respetivas amortizações.

No caso da Câmara de Angra, a questão das despesas correntes e despesas de capital não têm qualquer importância. Isto foi criado pelo Governo que resolveu relaxar esse travão e aumentar a classificação de despesas correntes para facilitar a vida a algumas autarquias do país que estavam com graves dificuldades no rácio entre as despesas correntes e de capital, mas no nosso caso isto é indiferente, porque os nossos rácios estão bem abaixo do que seria legalmente exigido.

Quanto às dívidas à autarquia, não podemos, não devemos nem as vamos perdoar a ninguém mas a lei permite que não se discriminem os devedores de quantias inferiores a 5 mil euros. Estamos a tentar esclarecer centenas de situações em que algumas pessoas negam as dívidas, há outras muito pequenas de alguém que não pagou qualquer coisa há muitos anos e tudo isto demorará o seu tempo.

Não há nenhuma faculdade legal que permita à autarquia perdoar dívidas a quem quer que seja mas algumas poderão ser consideradas incobráveis, quando se concluir que o devedor faleceu, a empresa faliu ou coisas desse tipo.

Neste momento todos os estabelecimentos incluídos em «abertos» estão a cumprir ou com planos de pagamento. Nos casos de incumprimento referentes aos novos arrendamentos, aplica-se a lei privada e serão devidamente despejados após decorridos os trâmites legais.

Existem dívidas antigas incobráveis, razão pela qual a Câmara decidiu que não valia a pena avançar para tribunal, porque vamos gastar mais dinheiro com as cobranças do que o que receberíamos. Todos os envolvidos têm vindo a ser citados pelos meios legais, sabendo-se que não vão pagar porque entretanto aconteceram imensas coisas.

Os Serviços Municipalizados têm um saldo de gerência negativo porque continuam a fazer a amortização do aterro que neste momento é gerido pela TERAMB. Há uma despesa que não obtém a respetiva contrapartida do lado da receita e existe a necessidade de um acordo satisfatório com os nossos vizinhos da Praia da Vitória sobre a matéria, porque a transferência desse património terá que ser acompanhada com 40% do outro lado. O auditor tem toda a razão e gostaríamos de ter a situação resolvida, apesar de ter apenas um efeito sobre a conta patrimonial dos Serviços.

Não se registaram mais intervenções. Postos à votação, os documentos de prestação de contas da Câmara Municipal relativos ao ano de 2014 constantes do Ponto 1.2 foram aprovados por maioria com 26 votos a favor, (21 do PS, 4 do PSD e 1 do d. m. independente) e 10 votos contra, (6 do PSD e 4 do CDS-PP).

Sr. d. m. Pedro Ferreira (para uma declaração de voto): – Apesar de alguns elogios feitos a este documento pela senhora deputada Rita Andrade, há questões de legalidade levantadas na altura pelo CDS-PP relativamente ao cumprimento do direito do estatuto de oposição. A coerência política obriga-nos a entregar na Mesa uma declaração de voto de vencido subscrita pelos deputados dos grupos municipais do PSD e do CDS-PP.

1.3 – Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo referentes ao exercício de 2014, para apreciação e votação da Assembleia Municipal em conformidade com o estabelecido nas alíneas a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os quais apresentam os seguintes resultados:

Demonstração dos Resultados do Exercício:

- **Custos e Perdas:** 7 993 423,08 € (sete milhões novecentos e noventa e três mil quatrocentos e vinte e três euros e oito cêntimos).
- **Proveitos e Ganhos:** 7 571 320,47 € (sete milhões quinhentos e setenta e um mil trezentos e vinte euros e quarenta e sete cêntimos).
- **Resultado Líquido do Exercício:** - 422 102,61 € (menos quatrocentos e vinte e dois mil cento e dois euros e sessenta e um cêntimos).

Fluxos Financeiros:

- **Saldo da gerência anterior:** 1 142 152,52 € (um milhão cento e quarenta e dois mil cento e cinquenta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos).
- **Recebimentos:** 7 058 770,18 € (sete milhões cinquenta e oito mil setecentos e setenta euros e dezoito cêntimos).
- **Pagamentos:** 8 006 475,52 € (oito milhões seis mil quatrocentos e setenta e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos).
- **Saldo para a gerência seguinte:** 194 447,18 € (cento e noventa e quatro mil quatrocentos e quarenta e sete euros e dezoito cêntimos).
- **Execução orçamental:** 138 890,40 € (cento e trinta e oito mil oitocentos e noventa euros e quarenta cêntimos).
- **Operações de Tesouraria:** 34 533,69 € (trinta e quatro mil quinhentos e trinta e três euros e sessenta e nove cêntimos).
- **Contas de Ordem:** 21 023,09 € (vinte e um mil vinte e três euros e nove cêntimos).

De acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, no Relatório de Gestão é proposto que o resultado líquido do exercício de 2014, no valor negativo de 422 102,61 €, seja transferido na totalidade para a conta 59 “resultados transitados”.

Os Documentos de Prestação de Contas foram organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da Resolução n.º 4/2001 de 18 de agosto, alterada pela Resolução n.º 26/2013 de 21 de novembro e ser-lhe-ão remetidos nos termos do n.º 4 das considerações técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e do n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto.

Sr. presidente da Câmara: – Do ponto de vista da execução da receita e da despesa, a execução correu manifestamente bem com destaque para o reservatório da Terra Chã que ficou concluído este ano e veio permitir outra confiança no abastecimento de água às freguesias do oeste da ilha. Aquele reservatório permite enviar água até à Serreta, oferecendo boas garantias de abastecimento de água com qualidade numa situação de estiagem prolongada às freguesias da Terra Chã, S. Mateus e S. Bartolomeu.

Continuamos com um problema grave no que diz respeito às receitas provenientes do tratamento de esgotos. Os custos com a elevação de água continuam excessivos porque gastamos muito dinheiro com a bombagem de águas e na recolha e tratamento de resíduos em que a receita cobrada aos municípios é insuficiente face às despesas.

Do ponto de vista da receita da exploração, as coisas não estão muito más, porque a água cobre as áreas deficitárias. Do ponto de vista patrimonial, temos uma perda de 422 mil euros que se deve essencialmente às questões de amortização, uma delas relacionada com o aterro de que falei há pouco, que é amortizado unilateralmente nesta conta, mas também há transferências de verbas referentes a obras como a comparticipação do reservatório cuja despesa tinha sido paga a 31 de dezembro antes de recebida a respetiva comparticipação comunitária.

Os Serviços Municipalizados encontram-se numa situação de crónico desequilíbrio financeiro, por ora suportável, mas teremos que introduzir alterações estruturais no seu funcionamento ao longo dos próximos anos com vista à redução de despesas, particularmente na bombagem de águas residuais e na recolha dos resíduos. Deveríamos aumentar as taxas na casa dos 13% mas é um valor inaceitável e não estamos disponíveis para o fazer, pelo que teremos que tolerar contas de exploração com estas características.

Como está patente na conta, ao longo do ano de 2014 os SMAH fizeram um elevado esforço de contenção na despesa e as grandes medidas passam pela reestruturação da recolha de resíduos e pela eliminação das bombagens do Pátio da Alfandega.

Quando juntamos o investimento feito nos SMAH ou na Câmara e os 60% da central de valorização energética que está a ser construída no aterro, temos provavelmente em 2014, o maior investimento municipal de que há memória. Foi um ano excepcional do ponto de vista do investimento ligado à área de ação dos Serviços Municipalizados.

Sr. d. m. António Toste: – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e vereação, caros colegas. Cumprimento também o senhor presidente da junta de S. Mateus, agradecendo a forma como nos recebeu.

Quero reconhecer o excelente trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos nos Serviços Municipalizados. Há 3 décadas, praticamente não havia água nas habitações e hoje existe uma rede com mais de 400 km que alimenta sem roturas cerca de 17 mil clientes, ou seja, sem falta de água no abastecimento, salvo raras exceções de avarias. Há cerca de 15 anos também não havia água nas explorações agrícolas e hoje temos mais de 150 km de condutas e mais de 2 mil ramais.

Não obstante as perdas e fugas, como vem mencionado no relatório, em 2014 o consumo atingiu 7.2 milhões de m³ de água, 97% proveniente da captação das nascentes e o restante dos furos. Existe ainda uma rede de pluviais com 159 km com 3 600 câmaras de visita, o que demonstra que estamos perante um grande investimento sem precedentes. É bom lembrar que esta não é uma tarefa fácil e penso que nós, presidentes de junta aqui presentes, todos reconhecemos isso.

Tem sido ainda realizado um excelente trabalho na colocação de contentores e ecopontos, na recolha gratuita dos monstros, na recolha porta a porta e na recolha seletiva, entre outras atividades, e com a nova instalação que está a ser feita no aterro sanitário vamos melhorar muito mais o nosso ambiente.

Analisando a demonstração dos resultados, como o senhor presidente da Câmara referiu, existe um resultado negativo de 422 mil euros. À exceção da água, todos os outros serviços acumulam prejuízos, sendo necessário um reajustamento na área dos resíduos.

Não colocando em causa o trabalho desenvolvido, que se traduziu na melhoria significativa para os cidadãos, pergunto ao senhor presidente do conselho administrativo dos Serviços qual a estratégia e medidas a tomar para o equilíbrio das contas dos SMAH com vista a possíveis resultados positivos.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Do meu ponto de vista, os SMAH não se encontram num desequilíbrio crónico financeiro; trata-se de um desequilíbrio que aparece sensivelmente a partir de 2010 e tem a ver com políticas que foram implementadas. Não tem havido um aumento de produção de resíduos nos últimos tempos e não me parece que tenha havido também aumento dos efluentes tratados pela ETAR.

Não é fácil perceber as razões deste desequilíbrio financeiro porque foram implementadas medidas na gestão de resíduos sólidos e a recolha porta a porta contribuiu para o aumento dos resíduos recicláveis no concelho capazes de gerar verbas. Creio que haverá contas mal feitas porque os SMAH poderiam tirar dividendos do tratamento de resíduos em vez de os ceder a baixo custo às empresas que os recolhem.

Gostaria de perceber as causas deste desequilíbrio, que medidas serão tomadas para evitar que se torne crónico e se está planeado algum tipo de investimento por parte dos Serviços Municipalizados nos sistemas de elevação das águas residuais e na separação das águas pluviais das águas residuais domésticas.

Desde a instalação dos sistemas elevatórios que se chamou a atenção para esses gastos desnecessários de energia e para a separação dos dois sistemas. Não se fazendo uma avaliação adequada da valorização dos resíduos recicláveis, corremos o risco de prejudicar o município, dando lucros a outros que poderiam ser rentabilizados pelos funcionários dos Serviços Municipalizados.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Sublinho o trabalho feito e o que está em execução por parte da Câmara e sobretudo pelos SMAH no que diz respeito às redes de águas e esgotos mas é importante referir que esse trabalho é obrigatório para recuperar atrasos antigos e necessidades que já eram evidentes aquando a polémica obra de saneamento básico da cidade de Angra de há quase 20 anos. A obra foi difícil, com muitos erros que causaram transtornos à população, a cidade ficou esventrada e houve um custo político, hoje reconhecido por todos, que obrigou ao adiamento das outras necessidades de intervenção nas redes de distribuição, esgotos e saneamento fora da área urbana de Angra. Tarde mas bem, porque tarde é o que nunca chega, hoje está-se a recuperar algum desse atraso.

Regista-se o trabalho que está a ser feito e aponta-se o que falta fazer. Verifica-se que a cidade cresceu e modernizou-se mas a rede de águas não acompanhou esse crescimento e hoje temos algumas deficiências crónicas sobretudo na rede de esgotos e águas pluviais com despejos para as redes antigas que ficam sobrecarregadas e sobrecarregam também as estações elevatórias, nomeadamente a do Pátio da Alfândega. Ainda não foram encontrados circuitos alternativos e mais económicos para essas águas, porque custam dinheiro e existem outras questões significativas relacionadas com o percurso dessas linhas.

As águas tratadas da ETAR circulam até à rede pública e regressam à ETAR da cidade num trajeto que causa uma sobrecarga evidente dos sistemas e recebe um duplo tratamento, talvez desnecessário, uma questão para ser abordada pela Câmara.

Como bem disse há pouco o deputado Pedro Ferreira, a nossa questão tem a ver com as dúvidas de legalidade quanto às contas de 2014. Em coerência e por esse motivo, vamos votar contra mas fica aqui o registo do que está a ser feito e do muito que ainda falta fazer por parte do município.

Sr. presidente da Câmara: – Fruto de crises anteriores, foi feito um investimento muito grande e temos em reserva furos suficientes para garantir o abastecimento doméstico. No entanto, existem claras deficiências no abastecimento de água à agricultura, razão pela qual a Câmara resolveu retomar um projeto antigo da construção de uma lagoa entre a Serreta e as Doze Ribeiras para colmatar essas dificuldades.

Está em curso um processo de negociação com o Governo no sentido de se coordenar melhor ou integrar na rede municipal, parte ou a totalidade dos investimentos feitos pelo IROA no concelho, o que permitiria uma gestão mais adequada. Há enormes custos que precisam de ser repartidos e não podem recair nos SMAH, piorando a situação.

Há ainda algumas remodelações de rede a fazer, pequenos troços que ainda se encontram com fibrocimento na zona da Nasce Água mas podemos afirmar que temos uma excelente rede de distribuição de água, uma das melhores das redondezas.

É necessária uma atuação profunda no sistema de elevação de esgotos porque temos uma estrutura absolutamente irracional. O esgoto que vem da ETAL, a funcionar no aterro sanitário, desce do alto e vem passear ao Pátio da Alfândega para voltar a subir; a mesma coisa acontece com os laticínios, com um problema adicional, porque um esgoto que estava razoavelmente tratado, ao ser misturado com o esgoto doméstico, volta a poluir-se.

Temos aqui algumas graves irracionalidades que precisam de ser corrigidas. A Câmara encomendou os respetivos projetos, são investimentos grandes e vamos ver se é possível financiá-los nos próximos anos, porque implicam a construção de uma nova linha na zona alta da cidade que faça a interseção dos esgotos e os leve quase totalmente por gravidade até à ETAR.

A separação está feita na maior parte da cidade no que respeita às áreas públicas mas infelizmente há muitas ligações cruzadas nas casas das pessoas com a ligação dos quintais à rede doméstica, o que provoca um afluxo anormal quando chove.

Uma parte importante do problema da falta de separação tinha a ver com a afluência que vinha do Posto Santo pela Ladeira Branca abaixo que ficou resolvida e temos uma grande melhoria na gestão da rede com a entrada em funcionamento da nova rede até ao Chafariz Velho. Havia ali uma zona de terrenos agrícolas que escorria para dentro da rede doméstica e fazia com que a tampa da Miragaia saltasse.

São problemas que têm a ver com a estrutura da rede e implicam o investimento de um par de milhões de euros mas talvez seja possível ultrapassar esta questão no próximo mandato porque se trata de um investimento bom para a Câmara que se pagará em cerca de 10 anos.

Há várias localizações possíveis para a estação elevatória que devem ser pensadas no sentido de minimizarmos os gastos energéticos e a questão dos resíduos é a mais complexa; não há lucros porque as margens são muito curtas, a recolha na zona rural é claramente deficitária e os custos não são compensados pelos resíduos recolhidos.

A recolha separativa cobre todo o concelho, o que acarreta custos devido às pequenas quantidades recolhidas em longas distâncias e agora é cobrada uma taxa de entrada no aterro, o que se reflete diretamente na conta, enquanto antes se misturava na exploração.

Quando fizemos a separação da operação de recolha, as prestações de serviços à própria entidade passaram a ficar expressas na conta e o que gastamos de um lado é a receita do outro, o que não significa que o grupo municipal esteja a perder dinheiro.

Há uma efetiva transferência de dinheiro dos SMAH para a TERAMB, o que não provoca qualquer efeito na conta, mas traduz-se na conta dos negativos dos SMAH que é exacerbada pelo facto de as bolsas do aterro continuarem a ser amortizadas nos serviços que pagam para colocar lá os resíduos. Isto trouxe uma maior transparência ao sistema, o que faz com que todos os decisores políticos devam ter uma consciência mais clara da problemática envolvida na gestão dos resíduos.

Continuamos a pagar uma taxa de resíduos das mais baixas do país que é claramente insuficiente, com grandes percursos por parte dos camiões de recolha e uma produtividade

comparativamente pequena do produto recolhido. Do meu ponto de vista, a solução passa por uma crescente privatização da recolha dos recicláveis que deveriam sair do horizonte municipal tão rápido quanto possível.

A melhoria na separação é também muito importante. Temos uma licença ambiental passada à central de valorização energética que nos obriga a cumprir um conjunto de metas muito exigentes até 31 de dezembro de 2020 que estamos a milhas de cumprir.

Temos um problema grave no concelho que é a transferência de grandes quantidades de resíduos do indiferenciado para o diferenciado, o que implicará um aumento da despesa e precisamos de deslindar também a questão da recolha. Precisamos de associar a recolha à receita dos diferenciados, colocando-os no mesmo sítio. Quem usufrui da receita deveria arcar com a despesa; temos que colocar os indiferenciados à parte, optando por uma gestão que os minimize.

Temos uma grande percentagem com apenas um contentor para o indiferenciado, o que leva a que todos os residentes da zona coloquem lá os resíduos e ninguém faça separação e cada ecoponto custa uns bons milhares de euros. Temos que investir na compra de mais ecopontos porque só assim teremos uma recolha mais eficaz.

Fizemos uma alteração de fundo com a introdução do PAYT que ainda não se traduz na conta e visa fazer a tal separação. Não temos uma pressão financeira nos Serviços Municipalizados que transforme isto numa emergência mas temos que agir e espero que se deem passos significativos nesta matéria.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O senhor presidente da Câmara falou em graves irracionalidades. No último mandato camarário, foi construída uma vala e respetiva canalização com vista ao transporte de água dos furos da geotermia para a zona do Cabrito.

Depois de um profundo trabalho de construção civil e de um avultado investimento é que se chegou à conclusão que a água não tinha sido devidamente analisada e não teria qualidade a não ser para a construção civil e para a compactação de pavimentos. Gostaria de saber se é possível um melhor aproveitamento desse investimento e das infraestruturas ali implantadas e se existe a possibilidade de algum tipo de tratamento e aproveitamento dessa água.

Sr. presidente da Câmara: – A Câmara também já se preocupou com este assunto. O ano passado tivemos um período de grandes dificuldades de abastecimento de água às ganadarias situadas naquela zona, o que levou à necessidade da instalação de um posto extra de abastecimento de água nas próprias instalações dos SMAH que serviu o ano passado e servirá sempre que haja um período de estiagem mais prolongado.

Podemos instalar ali uma estação elevatória nas instalações dos Serviços com a utilização daquela conduta no sentido contrário para que foi projetada e a criação de um reservatório metálico no topo da rede junto à cabeça da conduta ou utilizar a central reversível que está em fase avançada de projeto.

Neste momento está a ser projetada uma lagoa de 300 000 m³ na serra do Morião que permitirá abastecer aquela zona por gravidade. Se o projeto se concretizar a lagoa funcionará como reserva estratégica de água que é mais precisa nos anos de estiagem para abastecer essa linha.

O furo não tem utilização por não ser economicamente tratável visto que contém um teor de flúor, arsénio e outros materiais indesejáveis e temos outra água de melhor qualidade que pode servir aquela zona.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Pego na frase do senhor presidente da Câmara sobre as almas esclarecidas que andam por este mundo fora e são capazes de separar os resíduos

valorizáveis dos não valorizáveis. Concordo consigo quando diz que as receitas e as despesas devem ser colocadas no mesmo saco mas parece-me que a lógica de privatização de todas as recolhas de resíduos é incompatível com as metas europeias a atingir até 2020. Como tudo isso acarreta custos, não estou a ver as empresas privadas de recolha de resíduos a praticarem uma política de educação ambiental eficaz para que o município atinja essas metas.

Sr. presidente da Câmara: – Esta questão merece alguma reflexão por parte desta Assembleia. Uma empresa privada ligada à área dos resíduos procurará maximizar a recolha porque as margens estão nos centímetros, o que implica que a empresa tudo fará para cumprir as metas. Contudo, as responsabilidades na área da educação ambiental não devem ser privatizadas.

Temos um serviço de educação ambiental nos Serviços Municipalizados que tem feito o seu trabalho de promoção da educação ambiental, indo a todas escolas e temos que dar às pessoas os instrumentos adequados para que reciclem.

Percebo que ninguém esteja disposto a percorrer 200 metros com os sacos na mão e se veja tentado a colocá-los num contentor de indiferenciados que esteja ali ao pé. Trata-se de uma questão de investimento e não apenas de educação e precisamos de comprar umas centenas de ecopontos para distribuir pelo concelho.

A TERAMB é parte interessada nesta matéria e a entidade responsável pelo cumprimento das metas na ilha Terceira. Primeiro teremos que fazer um razoável investimento na disponibilização de contentores e depois é que podemos apertar mais com os nossos munícipes.

A Câmara e todos os intervenientes têm um enorme empenho em resolver estas questões porque em 2021 poderão advir grandes multas para o município se as metas não forem cumpridas até 2020. Os interesses dos privados confluem com os públicos porque o sucesso é bom para todos e a empresa privada fechará as portas se não tiver sucesso nesta área. Estamos todos a remar no mesmo sentido, cada um com as suas responsabilidades e o seu campo de ação.

Não se registando mais intervenções e postos à votação, os Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo referentes ao exercício de 2014 constantes do Ponto 1.3 foram aprovados por maioria com 25 votos a favor (20 do PS, 4 do PSD e 1 do d. m. independente) e 10 votos contra (6 do PSD e 4 do CDS-PP).

1.4 – Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da Câmara Municipal referente ao ano de 2014, cujo total é de 107 834 618,40 € (cento e sete milhões oitocentos e trinta e quatro mil seiscientos e dezoito euros e quarenta centímetros), a fim de ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal nos termos da alínea l), n.º 2, artigo 25.º da Lei n.º 75/20163 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – O relatório referente aos bens e obrigações do município aponta para um total de cerca de 108 milhões de euros de património acumulado no nosso município com pouca variação em relação aos anos anteriores já que as aquisições foram equilibradas com algumas cedências de património. Estes valores são calculados segundo os trâmites da lei respeitantes a amortizações e valorizações.

Sem mais intervenções o inventário foi considerado apreciado.

1.5 – Segunda Revisão ao Orçamento e GOP'S de 2015 da Câmara Municipal, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do ponto 8,3 do POCAL conjugado com a alínea a), n.º 1, artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Ao ser aprovada a conta temos um saldo de gerência que terá que ser redistribuído e recolocado no orçamento de 2015 para que se possa dar execução aos trabalhos em curso. O grosso da verba a transferir corresponde ao que estava inscrito no pacote de estradas do ano passado e tem que continuar a constar do pacote deste ano porque ainda está em execução. O orçamento aprovado em janeiro continua a ser o mesmo, temos aqui apenas uma reafectação de verbas.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Segunda Revisão e GOP's de 2015 da Câmara Municipal constante do Ponto 1.5 foi aprovada por maioria com 25 votos a favor (20 do PS, 4 do PSD e 1 do d. m. independente) e 10 abstenções, (6 do PSD e 4 do CDS-PP).

1.6 – Segunda Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2015 dos Serviços Municipalizados, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do ponto 8.3 do POCAL conjugado com a alínea a), n.º 1, artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Trata-se do mesmo que referi no ponto anterior mas na vertente dos Serviços Municipalizados, com a reafectação de transições e respetivos acertos e nada se altera em relação ao que estava aprovado.

Sem que se registassem mais intervenções e posta à votação, a Segunda Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2015 dos Serviços Municipalizados constante do Ponto 1.6 foi aprovada por maioria com 26 votos a favor (21 do PS, 4 do PSD e 1 do d. m. independente) e 10 abstenções (6 do PSD e 4 do CDS-PP).

1.7 – Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Angra do Heroísmo, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. vereador Guido Teles: – Como é do vosso conhecimento, foi aprovado e publicado um novo diploma a nível nacional, o Decreto-Lei nº 10/2015, que veio regular esta matéria, introduzindo a total liberalização de fixação de horários de funcionamento por parte dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços. Assim, torna-se necessário que a Câmara Municipal submeta o novo regulamento ao órgão deliberativo.

A ideia que esteve na base da preparação deste documento, que resultou dos pareceres remetidos à Câmara pelas várias entidades consultadas, foi no sentido de manter a realidade até agora aplicável numa perspetiva de equilíbrio entre os interesses dos empresários e dos moradores e o necessário respeito pelo direito ao descanso.

O documento prevê uma divisão dos estabelecimentos em quatro grupos, por área de atividade. Num primeiro grupo, o grupo geral, engloba-se o manancial de estabelecimentos que não envolvam venda de álcool ao público, como supermercados, hipermercados, ourivesarias, etc., aos quais é concedida a possibilidade de funcionamento entre as 6 horas da manhã e as 24 horas.

O segundo grupo inclui os cafés, bares, cervejarias, salões de jogos, cinemas, etc., cuja fixação de horários se situa entre as 6 horas e as 02 horas da manhã.

Um terceiro grupo contempla os pubs, clubes noturnos, discotecas e similares em que se permite o funcionamento entre as 16 horas e as 4 horas da manhã e no quarto grupo incluem-

se outros estabelecimentos como as agências funerárias, os postos de abastecimento de combustível e as panificadoras que podem operar livremente durante as 24 horas do dia.

Foram introduzidas algumas regulações específicas nesta matéria, que antes não estavam previstas, como o caso das esplanadas, que mantêm o mesmo regime aplicável aos estabelecimentos em geral, e os estabelecimentos de caráter não sedentário, aos quais se aplicam as mesmas limitações de horário, dependendo da sua área de atividade.

O período de tolerância analisado em reunião de Câmara foi objeto de uma interpretação que nos pareceu errónea por parte da PSP que talvez tenha interpretado que estaríamos a conceder uma tolerância de 30 minutos, permitindo o consumo durante esse período, mas o que se prevê é que a partir da hora limite de encerramento, exista um período de tolerância de 30 minutos em que não poderá entrar qualquer cliente ou seja permitida a venda de qualquer produto para que seja possível escoar quem se encontra no estabelecimento.

Sr. presidente da Câmara: – Existe a necessidade de se criar também uma categoria de estabelecimentos sem qualquer limitação de horário como uma agência funerária, uma oficina de automóvel, desde que não esteja situada numa zona habitacional, uma farmácia ou outros estabelecimentos que possam permanecer em funcionamento 24 horas por dia desde que ninguém saia prejudicado.

A situação das *roulottes* é uma questão complexa, que coloco à discussão da Assembleia, porque a aprovação deste regulamento sem qualquer alteração implicará o seu encerramento às 2 horas da manhã, quando na sua maior parte fazem negócio depois dessa hora.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Gostaria de dar os parabéns à Câmara pela elaboração deste regulamento que o PSD votará favoravelmente porque vai ao encontro das pretensões e das queixas da maioria dos moradores e estabelece um equilíbrio adequado às necessidades dos empresários e dos residentes das imediações.

Há que ter em conta outras questões relacionadas com a ordem pública e com a lei do ruído que, não sendo da competência da Câmara, poderão exigir-lhe uma atitude mais pedagógica de articulação com as forças da ordem.

Quanto às *roulottes*, julgo que o problema não reside no seu horário de funcionamento mas sim, na sua localização. Não fará mal nenhum que uma *roulotte* se mantenha em funcionamento depois do fecho da discoteca a servir uns cachorros ou uns hamburgers que dão jeito para quem quiser enxugar o que bebeu mas deverá ser tida em conta a sua localização.

Fica a sugestão para que as *roulottes* tenham isenção de horário, desde que a Câmara tenha o cuidado de licenciar a sua localização em zonas que não causem problemas a moradores nas áreas envolventes.

Sr. presidente da Câmara: – Esta matéria poderá causar embaraços à Câmara em poucos dias, razão pela qual deverá ficar devidamente clarificada com a transferência das *roulottes* de venda móvel para o grupo quatro com a introdução da proibição da venda de bebidas alcoólicas depois das 2 horas da manhã e a discoteca não seja transferida para ali porque o dono da discoteca fez um investimento seguramente maior do que o dono da *roulotte* e não seria justa qualquer concorrência desleal.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – A proibição de bebidas alcoólicas depois das 2 horas da manhã proposta pelo senhor presidente é pertinente mas a localização das *roulottes* é ainda mais problemática, devido ao ruído gerado pelo ajuntamento popular e o prolongamento da festa para a *roulotte* acabará por causar problemas de ordem pública.

Sr. presidente da Câmara: – Há condições para gerir essa deslocalização mas deve constar do regulamento com localização a aprovar pela Câmara Municipal porque atualmente são considerados vendedores ambulantes sem localização fixa em que a *roulotte* pode circular desde que não o faça na zona classificada.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Este documento tenta resolver apenas alguns problemas relacionados com o funcionamento de alguns estabelecimentos. Nunca pensei dizê-lo mas concordo com o senhor deputado João Santos porque há problemas que não se prendem com horários de funcionamento e, se não nos podemos demitir de questões relacionadas com o comportamento cívico das pessoas, a verdade é que não podemos legislar ou não temos poder sobre isso.

Há neste documento algumas questões que poderão gerar situações de injustiça como as que foram levantadas em relação às *roulottes*. Enquanto um pequeno restaurante é obrigado a exigências enormes em HCCP's e higenes, ao lado temos uma *roulotte* em concorrência desleal sem essas certificações que pode praticar preços muito mais baixos.

As *roulottes* sempre foram aquela realidade indefinida de vendas ambulantes que não são bar nem restaurante, podem andar de um lado para o outro e não saíram penalizadas porque, de alguma forma, acabam por não ser abrangidas pela lei.

O artigo 2º refere: «*Os estabelecimentos de restauração ou bebidas com espaço para dança, salas destinadas à dança ou onde habitualmente se dance...*» Esta definição dúbia tem criado uma data de problemas. Grande parte das reclamações em relação aos espaços noturnos vêm de restaurantes que se foram convertendo em bares, bares que gradualmente se foram transformando em pubs e entretanto foi-se criando um espaço de dança e não se percebe bem a definição desses espaços.

Deve ser feito um enorme trabalho nesta questão dos licenciamentos porque há espaços que entretanto já foram licenciados para determinados fins e há sempre forma de se resolver através de inspeções periódicas para se verificar se os mesmos funcionam de acordo com os licenciamentos que lhes foram concedidos.

Sei que a Câmara tem trabalhado nesse sentido com os novos espaços licenciados através de um cuidado de definição sobre o fim da sua utilização, mas há licenciamentos mais antigos onde se pode fazer mais ou menos o que apetece, criando-se aqui uma desigualdade de situações. Os estabelecimentos incluídos no grupo dois podem ficar abertos até às 2 horas da manhã mas não está claro se podem possuir uma pista de dança ou um espaço dançante.

Em termos de licenciamento, as discotecas obedecem a critérios muito mais exigentes de investimento e acabam por não receber o devido retorno se os bares fecharem à mesma hora porque a chamada oportunidade de negócio deixa de existir.

Sr. presidente da Câmara: – Essa designação referente aos espaços de dança está copiada da lei *ipsis verbis* e esse grupo de estabelecimentos obedece a um conjunto de regras muito diferente de todos os outros porque são obrigados a possuírem segurança privada, videovigilância, insonorização e um conjunto de dispositivos que não são exigidos às outras categorias.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Estão então, salvaguardadas as discotecas e os pubs com todos esses critérios que a lei exige?

Sr. presidente da Câmara: – Sim.

Sr. d. m. João Santos: – Gostaria de reforçar a minha posição a respeito desta matéria e lembrar que sou defensor da liberalização total de todo e qualquer horário de qualquer estabelecimento. Numa altura em que a economia sofre os problemas que todos conhecemos,

acho que ninguém deve ver limitada a sua vontade de trabalhar em nenhuma circunstância, que não seja, limitando os horários de trabalho.

Temos a tendência de argumentar de acordo com as nossas práticas e horários mas não podemos esquecer que há muita gente que trabalha durante toda a noite; falo de enfermeiros, médicos, polícias, bombeiros, pescadores, lavradores que se levantam muito cedo, técnicos da EDA, equipas dos SMAH, os DJ's e muitos mais e temos a tendência para pensar que só andam na noite os que se divertem.

Há muita gente que trabalha durante a noite para quem essas *roulottes* desempenham um papel muito importante e por vezes são o único local onde se pode comer qualquer coisa a meio de uma noite de serviço.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Foram aqui brandidos dois argumentos muito interessantes pela senhora deputada Graça Silveira e pelo senhor deputado João Santos como duas faces da mesma medalha.

É discutível uma liberalização total e se este horário surtirá o efeito pretendido. Quem residir junto a um dos estabelecimentos do grupo dois, com movimento na rua até às duas da manhã, mais aquela meia hora de tolerância a seguir ao encerramento do estabelecimento, terá graves problemas em dormir se isto for praticado de forma continuada.

O lado da medalha referido pela senhora deputada Graça Silveira é a criação de zonas alternativas como acontece na Praia da Vitória que desviem este tipo de estabelecimentos da zona central da cidade.

Perdeu-se eventualmente a possibilidade de se fazer alguma coisa na área do atual mercado, se o mesmo tivesse sido deslocado para outro lado, porque se poderia ter criado ali uma zona de diversão com bares e esplanadas devidamente isoladas em termos sonoros para não se retirar movimento à cidade.

Penso que a solução residirá no meio-termo com algo que garanta a permanência de pessoas na cidade para que não pareça abandonada e não se tenha receio de circular nela à noite e sejam criadas zonas alternativas como os celeiros ou algo semelhante que permitam uma maior flexibilidade de horários de funcionamento dos estabelecimentos noturnos, retirando-os de ruas estreitas como o que se encontra na rua de Santo Espírito e foi aqui apresentado pelo doutor Luís Pinheiro no período destinado à intervenção do público.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Boa tarde senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas. Quero felicitar o senhor presidente da junta de freguesia de S. Mateus e agradecer a simpatia da sua hospitalidade.

Concordo com o senhor deputado Francisco Câmara que devemos chegar a um meio-termo porque, infelizmente, não podemos obrigar as pessoas ao civismo. Pelo resultado das votações poderão verificar que se trata de uma opinião pessoal e não de grupo, porque acho que cada um deve votar de acordo com a sua consciência e sem politiquices.

Depois da exposição do doutor Luís Pinheiro, ficou evidente que temos que restringir o horário dos estabelecimentos que deveriam permanecer abertos durante 24 horas para se dinamizar o centro da cidade se as pessoas se comportassem com civismo; isso seria o ideal mas infelizmente, não nos podemos dar a esse luxo.

À semelhança do que acontece noutras cidades, a partir de uma determinada hora, deveriam ser proibidas as vendas de bebidas em garrafas, optando-se pelos copos de plástico. Seria uma maneira de se controlar a situação, evitando-se as garrafas ou outros vidros espalhados pela rua.

Sr. d. m. Rogério Sousa: – Muito boa tarde senhor presidente e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros deputados municipais.

Faço minhas as palavras do deputado João Santos. Estamos perniciosamente a alterar a ideia dos comerciantes estipularem os horários de funcionamento dos seus estabelecimentos mas não nos devemos esquecer da clareza da lei relativamente à natureza de funcionamento desses mesmos estabelecimentos.

Estamos aqui a misturar as coisas. Não fosse a falta de civismo das pessoas, poderia haver um café ou uma pastelaria a funcionar da meia-noite às 6 horas da manhã para servir o seu público-alvo, ou seja, aquelas pessoas que trabalham por turnos ou simplesmente durante a noite.

Penso que esta proposta defende o que estava na lei, regulando por tipologia de estabelecimentos e permitindo o funcionamento dos bares até às 2 horas da manhã, e a questão das *roulottes* deveria ser revista para que as mesmas possam operar da meia-noite em diante em vez de fecharem às 2 horas.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Há cerca de um ano aprovámos um regulamento municipal de taxas que graduava os custos de licenças de ruído aos horários de funcionamento. Dada a reclassificação de alguns estabelecimentos, as alterações que vierem a ser introduzidas vão implicar a penalização de alguns empresários com o aumento das suas licenças face ao que está em vigor no regulamento de taxas? Não haverá algum estabelecimento que passe a pagar mais 100 ou 200 euros de licença?

Sr. presidente da Câmara: – São duas matérias totalmente separadas. Uma coisa é o licenciamento do horário permanente de trabalho do dia-a-dia, a outra é uma licença especial de ruído que deve ser concedida de forma esporádica devido a uma festa ou outra celebração qualquer; aí é aplicado o regulamento que esta Assembleia aprovou há uns meses e obriga ao pagamento da respetiva taxa, o que apenas é concedido em alturas especiais como as Sanjoaninas, o carnaval, a passagem de ano, a festa da freguesia, etc.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Como esta matéria está a gerar uma discussão interessante e salutar, proponho um intervalo regimental para uma conferência com os líderes das bancadas com o objetivo de alcançarmos uma plataforma de entendimento que resulte numa proposta de alteração a este documento que possa ser aprovada unanimemente e resolva possíveis problemas que possam vir a ser criados à Câmara.

Poderíamos também criar internamente uma comissão para trabalharmos o documento com vista à sua apresentação na próxima sessão da Assembleia, caso não haja grandes constrangimentos para a Câmara.

Sr. presidente da Câmara: – Acho o intervalo regimental uma excelente ideia. Neste momento estamos a viver com uma norma transitória que leva a enormes casos de indisciplina porque foi aqui dito no período de intervenção do público esta manhã que, de vez em quando, a dita taberna fixa os horários de funcionamento que lhe apetece.

Dependendo do jurista que o leia, há quem diga que, na parte referente a esta matéria, o nosso código de posturas está derrogado pela entrada em vigor do novo regime e há também quem defenda que existe uma norma transitória que o pode salvar. Há uma enorme incerteza sobre o assunto que não é saudável manter na cidade.

É urgente aprovarmos isto para pormos ordem nesta questão sem prejuízo de alguém que o pretenda alterar mais tarde porque não fica proibido de o fazer e não há nenhuma norma que impeça o debate sobre esta matéria numa qualquer Assembleia Municipal futura.

É preciso eliminar este vazio criado há dois meses com a entrada em vigor da lei da república e criar um regulamento que acabe com autênticas provocações que têm acontecido com a afixação propositada de horários apenas para demonstrar que se pode fazer.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Acho que se justifica o intervalo para que possamos trocar algumas impressões e chegar a um acordo.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Tentando articular o que referiu o senhor presidente da Câmara a respeito dos licenciamentos, não sei se fará sentido mapear a cidade, permitindo algumas exceções ao que está definido neste regulamento.

Embora esteja previsto que seja permitido àquele tipo de estabelecimento da rua de Santo Espírito o encerramento às 2 horas da manhã, dependendo da rua do centro da cidade onde se pretenda investir na fixação de população, poderia excepcionalmente limitar-se os horários de funcionamento até à meia-noite. Tentaríamos assim conciliar a política de habitação e de incentivo à fixação de moradores no centro histórico, redefinindo zonas de convívio. As pessoas deslocam-se a um daqueles estabelecimentos para conviver e a rua não deverá ser propriamente um espaço de convívio a partir de uma determinada hora.

Aos poucos poder-se-ia redirecionar estes estabelecimentos para determinadas ruas ou zonas, permitindo a proteção de quem pretenda viver ou viva na cidade. Quem pretender adquirir licenciamentos para este tipo de estabelecimentos, ficará assim a conhecer as condições e limitações e quais as zonas onde os poderão explorar.

Queremos que os comerciantes tenham sucesso porque, se não estivessem ali, estariam desempregados, mas também não podemos permitir que os clientes permaneçam na rua para perturbarem os moradores. Há aqui um enorme conflito de interesses que deve ser muito bem gerido, porque foi feito um investimento muito grande na remodelação daquele espaço e ao mesmo tempo temos que proteger as pessoas que vivem ali.

Sr. d. m. João Santos: – Não me oporei à tentativa de consensos mas deixo este alerta, porque falou-se aqui na criação de um documento para ser aprovado por unanimidade e pretendo abster-me em qualquer documento que limite qualquer horário a qualquer tipo de comércio.

Sr. d. m. Paulo Jorge Pimentel da Silva: – Gostaria de sugerir duas alterações ao documento que vamos aprovar. Concordo com o que foi proposto pela senhora deputada para que as bebidas sejam servidas em copos de plástico porque, depois das 22 horas, o que mais incomoda as pessoas é o ruído provocado pelo arremesso de garrafas às paredes que deixam a rua cheia de vidros.

Além disto, este documento deveria estipular horários para o despejo de garrafas nos contentores que deveria ser feito no máximo até às 22 horas. Se o proprietário se lembrar de despejar grandes quantidades de garrafas no contentor à meia-noite ou mais tarde, o barulho é tal que parece um terramoto.

Sr. presidente da Mesa: – A proposta do senhor deputado Pedro Ferreira seria teoricamente razoável mas criaria problemas do ponto de vista legal e não seria possível que saísse daqui algo aprovado por uma subcomissão, porque teria que constar da minuta da ata.

Como sabem, não costumo intervir nas discussões mas gostaria de lembrar algo que me parece importante; é que, queiramos ou não, estamos a aprovar um regulamento para que os estabelecimentos funcionem até às 02H30 da manhã.

Em qualquer país civilizado da Europa, onde já estive por diversas vezes em trabalho, quando se diz que encerra às 2 horas, é às 2 horas que encerra e não há mais meia hora. Sugiro que, no máximo, incluamos aqui mais 15 minutos de tolerância, caso contrário, teremos que

colocar um polícia em cada estabelecimento para impedir que se sirva algo mais depois das 2 horas da manhã.

Temos que ser claros e precisos. Desta forma não tenho dúvidas de que estamos a permitir que os estabelecimentos permaneçam em funcionamento até às 2h30 da manhã porque não há nada que impeça que se sirva mais um copo durante aquela meia hora de tolerância.

Intervalo de cerca de 15 minutos para uma conferência com os líderes das bancadas parlamentares.

Sr. vereador Guido Teles: – As propostas de alteração seriam as seguintes:

- Proibições de saída dos estabelecimentos com bebidas em recipientes que não sejam copos de plástico, a partir das 22 horas.
- Os proprietários dos estabelecimentos não poderão despejar lixo no exterior a partir das 22 horas.
- As *roulottes* transitarão para o grupo quatro, beneficiando de horário livre, apenas poderão servir bebidas em copos de plástico e não poderão vender bebidas alcoólicas após as 02 horas da manhã.
- O período de tolerância previsto no artigo 8º passa de 30 para 15 minutos.

Não se registando mais intervenções e posto à votação o Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Angra do Heroísmo constante do Ponto 1.7, foi aprovado por maioria com alterações com 31 votos a favor (19 do PS, 9 do PSD e 3 do CDS-PP) e 1 abstenção do PS.

Sr. d. m. João Santos (para uma declaração de voto): – Justifico a minha abstenção na votação deste documento, não por não a considerar um contributo válido nesta matéria, mas por achar que não é desta forma que se vão resolver os problemas de ruído e da alteração da ordem pública e também pela desresponsabilização das entidades competentes em resolvê-los. Considero que ficamos aquém do que poderia e poderá ser conseguido e corremos o risco de criar um instrumento limitador das receitas dos referidos estabelecimentos.

Sr. d. m. Pedro Ferreira (para uma declaração de voto): – Acabou de acontecer nesta Assembleia Municipal um exercício digno e nobre e é pena que por vezes as pessoas lá fora pensem que vimos para aqui brigar uns com os outros, enquanto tratamos da qualidade de vida das empresas e das nossas famílias.

Dado o ambiente de gerado e em jeito de brincadeira, gostaria de dizer ao senhor deputado João Santos que, como ele, não queremos o melhor de dois mundos e basta-nos o melhor do nosso mundo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Já reiterei aqui a necessidade de alguma atuação das forças de segurança no controlo de um fenómeno que está a acontecer um pouco por todo o lado e em Espanha se chama *o botellón* em que os particulares transportam a *cooler* com cerveja e outros tipos de bebidas na bagageira da viatura e acabam por contornar tudo o que aqui foi legislado.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Quero enaltecer o exercício da democracia pelo consenso que se criou à volta desta proposta.

Sr. d. m. João Santos: – Percebo que o senhor deputado Pedro Ferreira não queira o melhor de dois mundos mas não é desta forma que conseguimos o melhor do nosso mundo.

1.8 – Regulamento Municipal de Apoio à Habitação Jovem na Zona Classificada de Angra do Heroísmo, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. vereador Guido Teles: – Este regulamento destina-se à criação de condições para a fixação de jovens na zona classificada da nossa cidade, correspondendo a uma deliberação unânime da Câmara e prevê duas formas de apoio que podem ser pedidas cumulativamente.

Na alínea a) do artigo 2º prevê-se um apoio financeiro destinado a jovens proprietários de imóveis no centro da cidade que tenham neles a sua residência permanente, com uma única prestação anual, cujo valor corresponde à diferença entre o montante do IMI efetivamente liquidado e o que resultaria da aplicação de um minorante de 20% sobre a taxa de IMI concretamente aplicável.

Aplica-se aqui o raciocínio do que foi aprovado na última sessão da Assembleia Municipal do ano passado, para efeitos de minorantes de IMI aplicáveis aos arrendatários jovens na zona classificada.

No caso do apoio financeiro previsto na alínea b) haverá uma majoração de 10% ao apoio concedido no âmbito de programas governamentais existentes na região e no continente como, por exemplo, o «Famílias com futuro» ou o «Porta 65».

Sra. vereadora Catarina Marias: – Ainda bem que as reuniões de Câmara servem para debatermos estas questões. Na última reunião vimos que, no nº 1, este apoio seria concedido à semelhança do que consta do vosso regulamento mas com algumas alterações ao ponto nº 2 no que respeita aos arrendatários jovens.

A minha sensibilidade para as questões dos jovens arrendatários na zona classificada vem alterar um pouco o que estava previsto neste regulamento que refere o apoio a famílias jovens que tivessem beneficiado de rendas apoiadas pelo Governo ao abrigo dos programas «Famílias com futuro» e «Porta 65». Enquanto funcionária da ação social da Câmara Municipal não me parece muito útil que sejam apoiadas estas novas famílias, porque estaríamos a criar novamente o subsídio-dependente. Os jovens continuam a residir na casa dos pais porque não têm autonomia e não conseguem casa por não terem emprego para pagarem uma renda.

Pretendemos que estes programas do Governo sejam incentivados e que as pessoas melhorem as suas condições habitacionais e de vida, mas proponho o apoio apenas para jovens casais ou solteiros que nunca tivessem tido qualquer tipo de apoio.

Não consegui colocar o regulamento no gabinete jurídico da autarquia, porque aconteceu uma fatalidade com um colega nosso que me estava a ajudar mas ficam aqui algumas sugestões sobre as quais tive a oportunidade de falar com o senhor presidente da Câmara.

Deveríamos criar pelo menos 3 escalões de rendas apoiadas até 20%, um plano intermédio de 35% e um plano máximo de 50%, para ajudar estes jovens a possuírem a sua própria casa. Isto dependerá do rendimento mensal *per capita* através do salário mínimo regional cifrado em 530,26 €.

A autarquia fará todos os esforços para que as candidaturas dos jovens a este incentivo ao arrendamento sejam avaliadas por um técnico da ação social e um técnico da fiscalização, para se verificar se essas casas têm condições de salubridade e habitabilidade. Estas propostas ficaram em aberto para que as devidas alterações possam ser efetuadas na próxima reunião da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara: – Parecem-me boas ideias e do interesse do município que tentaremos introduzir no regulamento da habitação social que precisa de ser revisto.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Compreendendo as boas intenções da vereação camarária mas, se trocarmos isto por miúdos, isto é muito pouco ou quase nada, porque tudo o que forem medidas indexadas a percentagens de IMI acabam por se traduzir em apoios pouco significativos.

Entendemos que é necessário um conjunto de incentivos à habitação que sirvam de estímulo para que os jovens e os menos jovens venham viver para a cidade. Enquanto não houver uma política de apoios com um bolo financeiro digno e motivador para que o jovem perceba que vale a pena comprar ou arrendar uma habitação no centro da cidade, não conseguiremos rejuvenescer o seu tecido social.

Reconhecemos as boas intenções destas medidas mas entendemos que não serão eficazes como se tem provado ao longo dos tempos e até o senhor presidente da Câmara, pelo seu aceno de cabeça, também reconheceu que estes valores são de pequena monta. O PSD vai abster-se na votação deste documento.

Sr. presidente da Câmara: – Esclareço que a alínea a) corresponde a um compromisso assumido por esta casa. Pusemos isto na fixação da taxa do IMI mas a repartição de finanças indicou-nos que não podíamos devolver pela via direta, ou seja, somos obrigados a receber e depois a devolver, o que acaba por repor o que esta Assembleia tinha decidido. Estamos apenas a cumprir a nossa palavra porque tínhamos aprovado isto no passado mês de setembro.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – O senhor presidente da Câmara pode dar-nos alguma estimativa do número de beneficiários destes apoios? Em vez da majoração, não seria possível a criação de um apoio próprio?

Sr. presidente da Câmara: – É possível e foi o que a senhora vereadora Catarina propôs que será incluído noutra regulamentação. Neste caso trata-se de algo simples que visa resolver um problema de cerca de uma dezena de pedidos.

Os valores não podem ser elevados, porque estão incluídos ricos, pobres e remediados e não há nenhum critério de natureza social na atribuição dos apoios; todo o jovem beneficiará, desde que possua uma casa no centro da cidade, mesmo que seja milionário. Coisa diferente é a criação de um conjunto de escalões de ajuda para jovens que será colocado no lugar certo que é o regulamento das questões sociais.

A alínea a) tinha sido aprovada nesta Assembleia em setembro e a alínea b) é nova e corresponde a uma intenção expressa no nosso manifesto eleitoral que estamos a cumprir.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Reforçamos o reconhecimento desta medida como incentivadora da fixação de jovens no centro histórico da cidade de Angra. É importante fazer passar a mensagem para que os jovens desta ilha percebam que esta Câmara Municipal se preocupa com eles e os quer no seu centro histórico.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Regulamento Municipal de Apoio à Habitação Jovem constante do Ponto 1.8 foi aprovado por maioria com 26 votos a favor (19 do PS, 4 do PSD, 3 do CDS-PP) e 6 abstenções do PSD.

1.9 – Alteração aos artigos 5.º, 7.º e 8.º do Regulamento do Sistema Municipal de Apoio Complementar à Frequência de Estudos Pós-Secundários e Superiores, para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. vereador Guido Teles: – Esta é uma alteração simples que resulta do primeiro ano de vigência do regulamento e visa criar condições para que os estudantes que terminarem o

ensino secundário ou o profissional tenham uma maior previsibilidade da possibilidade de receberem um apoio.

Ao contrário do que estava previsto, com a obrigatoriedade de apresentação do comprovativo de matrícula na universidade, agora terão que apresentar o comprovativo de conclusão do ensino secundário ou profissional que dê acesso à universidade, sendo o montante do apoio pago com a apresentação do comprovativo de matrícula.

Não se registaram mais intervenções. A alteração ao Regulamento constante do Ponto 1.9 foi aprovada por unanimidade.

1.10 – Alteração aos estatutos da TERAMB para aprovação da Assembleia Municipal nos termos do n.º 1, artigo 22.º e n.º 5 do artigo 32.º, ambos da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

Sr. presidente da Câmara: – A TERAMB foi obrigada a alterar o seu capital social e a sua estrutura para poder ser elegível como operadora de um centro de produção de energia elétrica para injeção na rede, o que implica um conjunto de obrigações relacionadas com a responsabilidade civil da empresa.

Não se registaram mais intervenções. A alteração aos estatutos da TERAMB constante do Ponto 1.10 foi aprovada por unanimidade.

1.11 – Acordo de geminação entre as Cidades de Angra do Heroísmo e de Cartagena das Índias. Para autorização da Assembleia Municipal nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Assim como Angra do Heroísmo, Cartagena das Índias é uma cidade património mundial. A sua muralha foi mandada construir pelo rei Filipe II que também mandou construir a nossa muralha do castelo de S. João Batista que, curiosamente, foi construída pelo mesmo engenheiro militar.

Cartagena das Índias teve bastante importância na navegação. As naus chegavam ao istmo do Panamá transferiam a mercadoria por terra, carregavam-na novamente em Cartagena e passavam em Angra, daí a importância desta geminação.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – A geminação de Angra com outras cidades com as quais nos identificamos histórica e culturalmente tem sido debatida por várias vezes nesta casa. Nada temos a opor a esta geminação mas julgo que está na hora de refletirmos acerca do nosso relacionamento com as cidades irmãs de Angra.

A partilha de amizades, contactos e cumplicidades entre cidades geminadas é bonita mas insuficiente e essas geminações têm que se materializar em algo mais; se os turistas de Cartagena das Índias nos vierem visitar ou os investidores colombianos cá vierem promover o seu café, tanto melhor.

Precisamos que essa política de geminações se transforme numa mais-valia económica que contribua para a geração de riqueza no nosso concelho e estes laços com as cidades irmãs não sejam mais um papel numa parede, um azulejo ou uma visita turística. Está na altura de começarmos a tirar maior proveito de contactos feitos ao longo do tempo e de outras geminações futuras para que estes intercâmbios se materializem em algo mais do que simples geminações. Vamos votar a favor mas, mais do que geminar, será importante fazer germinar em algo mais.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Quando comecei a analisar este documento notei que a comissão coordenadora com carácter permanente reúne uma vez por ano alternadamente em Angra e em Cartagena e esta é a parte boa das geminações porque sempre se dá um passeio por ano.

No *site* da Câmara Municipal constam todas as cidades geminadas com Angra do Heroísmo: quatro nos Estados Unidos, três no Brasil, duas em Cabo Verde e uma em Portugal continental. De uma análise rápida surgiram três ou quatro perguntas mais ou menos elencadas na intervenção do senhor deputado Luís Rendeiro.

Quais os resultados económicos e sociais práticos de todas estas geminações? Visto que há uma comissão permanente que reúne uma vez por ano em cada cidade, quais os projetos em curso?

Decerto estas reuniões não se realizarão apenas pelo passeio e espera-se que sejam debatidas algumas ideias acerca de projetos de intercâmbio. Quais as áreas de maior dinâmica em todos estes intercâmbios estabelecidos no âmbito das dez geminações entre Angra e as outras cidades espalhadas pelo mundo?

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Podemos receber alunos das cidades geminadas para estudarem no polo universitário de Angra através do regulamento de bolsas que contempla o pagamento das propinas.

Temos ainda desenvolvido alguns trabalhos com a cidade de Évora, com permuta de boas práticas e experiências entre outros municípios. Através da Organização das Cidades Património Mundial, decorreu a reunião da Europa do Sul e do Mediterrâneo e, no final de maio, realizar-se-á a reunião do conselho de administração da Organização das Cidades Património Mundial, da qual resultarão mais-valias e troca de boas experiências.

O senhor presidente e o senhor vice-presidente deslocaram-se aos Estados Unidos para estreitar laços com as várias cidades irmãs e o senhor vereador Guido Teles deu início às celebrações dos 50 anos de geminação com a cidade de Tulare em conjunto com outras entidades e instituições do concelho.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – As geminações baseadas em justificações que não contribuam para o nosso desenvolvimento sustentável não passam de mais um papel assinado, porque é necessário um programa claro para que as cidades geminadas consigam retirar proveitos de ambos os lados.

A disponibilização de bolsas para que os alunos das cidades geminadas possam vir para cá estudar, parece-me também um pouco fora da realidade, porque é necessário o reconhecimento de estudantes estrangeiros a nível nacional e a aceitação desses mesmos estudantes por parte da universidade dos Açores.

Fazemos parte do centro do mundo, somos património mundial porque temos um conjunto arquitetónico secular em Angra do Heroísmo, que apresenta algumas semelhanças com outras arquiteturas por esse mundo fora, e o facto de as muralhas do castelo de S. João Batista e de Cartagena das Índias terem sido erigidas pelo mesmo construtor, que era italiano e nos deixou um legado, não nos parece um bom argumento para uma geminação que deve ser muito mais do que um conjunto de intenções e um documento assinado que permanece durante anos preso numa parede; se assim fosse, geminar-nos-íamos com todas as cidades do mundo por onde os portugueses passaram.

Não faz sentido que não se tire proveito de todas as potencialidades de uma geminação e se venha para aqui com uma proposta alegando que haverá umas reuniõeszinhas e logo se verá o que acontece, porque é necessário um programa de cooperação que contribua para fluxos turísticos e parcerias económicas entre ambas as cidades.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Quantos investimentos foram feitos no concelho, resultantes das dez geminações com a cidade de Angra? Foi criado algum emprego ou isto apenas serviu para fazer amizades e para algum trabalho diplomático?

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Acordo de Geminação entre as Cidades de Angra do Heroísmo e de Cartagena das Índias constante do Ponto 1.11 foi aprovado por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa: – Gostaria de lembrar os senhores deputados que todos somos embaixadores do nosso município. Ao participarmos num congresso ou fórum internacional, podemos levar connosco e deixar no *hall* de um qualquer edifício, alguns panfletos que normalmente se revelam um êxito pela apetência que as pessoas demonstram ao verem algo relacionado com a ilha Terceira. Tenho a experiência de que essa é uma excelente forma de promovermos o nosso município.

1.12 – Designação do júri do procedimento concursal destinado ao recrutamento do cargo de diretor delegado, equiparado a cargo de direção intermédia de 2.º grau, previsto na respetiva orgânica e correspondente mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, para aprovação da Assembleia Municipal em conformidade com o disposto no artigo 13.º, n.º 1 da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, sendo proposto o seguinte júri:

– Presidente: Raquel Gomes Caetano Ferreira.

– Vogais: Paulo Alexandre Silva Lima e Ruben Filipe Fournier Costa Pereira.

– Suplentes: José Élio Valadão Ventura e Artur Reis Leite Furtado Gonçalves.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Trata-se do lançamento do concurso para contratação do novo diretor delegado dos SMAH e a composição do júri para vossa apreciação.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, a constituição do júri para o procedimento concursal constante do Ponto 1.12 foi aprovado por maioria com 22 votos a favor (19 do PS, 3 do PSD) e 9 abstenções (6 do PSD, 3 do CDS-PP).

1.13 – Pedido de autorização para aquisição por usucapião do prédio municipal onde está implantado o edifício escolar do 1.º ciclo da Conceição sito na Rua Nova, freguesia da Conceição, para autorização da Assembleia Municipal nos termos da alínea i), do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Trata-se da continuação do processo de regularização do património municipal porque descobrimos que o edifício diante da esquadra da PSP, onde se encontra instalada a junta de freguesia da Conceição, não foi registado nos anos 60 a favor do município e pretende-se regularizar esta situação recorrendo ao estatuto de usucapião.

Apesar de não termos que pagar nada a ninguém, como o valor do imóvel se estima em cerca de 600 000 euros, excedendo a competência da Câmara Municipal, precisamos da vossa autorização para incorporar o edifício no património municipal.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Senhor presidente, não percebi nada da sua justificação. O senhor descobre cada coisa! Se isto não está registado, como se pode advogar a figura de usucapião se o município não usou o edifício durante 20 anos? Que eu saiba, o edifício tem sido uma partilha conjunta entre a Secretaria Regional da Educação e a Câmara Municipal.

Sr. presidente da Câmara: – O edifício é propriedade da Câmara. As escolas do 1º ciclo são propriedade do município, excetuando as que foram construídas pela região. Dou-lhe como exemplo a escola do Alto das Covas que é operada pela secretaria competente em matéria de educação mas o imóvel é propriedade da Câmara.

Sr. presidente da Mesa: – Qualquer cidadão pode ter um prédio que lhe foi doado por herança do seu trisavô sem que esteja devidamente registado; neste caso, o que se pretende é proceder ao registo.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Deixe-me ler aqui: «*No início da década de 60 o município de Angra do Heroísmo detinha apenas um edifício escolar no centro da cidade, o edifício localizado no Alto das Covas na freguesia da Sé.*» Mais adiante é referido que houve obras de terraplanagens e que o terreno era da Câmara; se era da Câmara, qual é o problema?

Sr. presidente da Câmara: – Não está registado.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Se não está registado, como se pode dizer que é da Câmara? Esta nota informativa é muito confusa, senhor presidente. Este processo justificativo do prédio escolar está muito mal explicado.

Sr. presidente da Câmara: – Está instruído de acordo com a lei conforme necessário para seguir para o notário.

Sra. d. m. Alódia Costa e Silva: – O senhor deputado Félix Rodrigues tem razão; este documento está muito mal escrito porque não conseguimos chegar a nenhuma conclusão. Se a escola é da Câmara porque é que temos que usar a figura do usucapião para registar a propriedade da Câmara? Há alguma legislação que diga que aquela escola é da Câmara?

Sr. presidente da Câmara: – Está referido em decreto legislativo regional.

Sra. d. m. Alódia Costa e Silva: – Essa legislação seria suficiente a nível notarial para registar o prédio em nome da Câmara?

Sr. presidente da Câmara: – Não; como o diploma não o prevê expressamente, foi recusado o registo desta escola, da escola das Doze Ribeiras, da escola de Santa Bárbara e outras. Os outros edifícios já foram registados por terem um valor inferior ao limite de competência da Câmara.

Sra. d. m. Alódia Costa e Silva: – Estamos a tentar perceber o encadeamento legal desta questão. Se existia uma figura jurídica que atribuía a propriedade da escola à Câmara, faria todo o sentido que ela fosse usada junto do notário para registar o prédio; como o notário não aceitou, teve que ser usada a figura jurídica do usucapião, o que não está explicado neste documento.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o pedido de autorização constante do Ponto 1.13 foi autorizado por maioria com 25 votos a favor (20 do PS, 4 do PSD, 1 do CDS-PP) e 8 abstenções, (6 do PSD, 2 do CDS-PP).

1.14 – Adesão, na qualidade de associado, do Município de Angra do Heroísmo à Associação Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira, nos termos do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

Sr. presidente da Câmara: – Esta matéria foi aqui focada aquando a apresentação da atividade municipal. O município necessita de uma autorização da Assembleia Municipal para aderir à associação criada por escritura notarial que inclui quatro entidades: o Governo Regional, a Câmara do Comércio, a universidade dos Açores e a Câmara Municipal.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – A 19 de março deste ano a Câmara Municipal e o senhor Secretário Regional da Ciência e Tecnologia assinaram uma declaração de compromisso e cooperação entre as partes, visando a criação de uma associação para gerir o Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira. Importa lembrar que este parque é uma espécie de promessa, tipo cais de cruzeiros, com apenas duas diferenças: não mete água e ainda não foi definitivamente cancelado.

Em 2009, o então Secretário Regional da Ciência e Tecnologia comprometia-se com uma inauguração em 2012. O ano passado, com todas as infraestruturas existentes cada vez mais abandonadas e degradadas, foi anunciado um novo cronograma: até ao final do primeiro trimestre deste ano a obra arrancaria mas, em três meses, já foi necessário adiar o seu início e, mais uma vez, os procedimentos só arrancam até ao final do primeiro semestre.

É curioso ver os diferentes pontos de vista dos associados cooperantes. O Secretário Regional da Ciência e Tecnologia diz que tem obra para fazer e que ela é complexa; o senhor presidente da Câmara Municipal, em declarações públicas, diz que a obra física é secundária e o importante é criar ambiente para as empresas se instalarem. Estou perfeitamente de acordo mas o problema é que as empresas se vão instalar em barracões completamente podres. O Secretário Regional da Ciência e Tecnologia acrescenta que há rumores de interesses e interessados mas o Governo ainda não abriu o processo desses interessados.

Para a história termos um parque tecnológico que nunca o chegou a ser e cujo único interessado que se conheceu emigrou para o Parque de Ciência e Tecnologia da ilha maior, que foi promessa depois do parque tecnológico da Terceira, construído depois do parque tecnológico da Terceira e, quando foi inaugurado, levou com a promessa de que haveria de ser ampliado, tendo «roubado» o único interessado que a Terceira teve mas que não terá.

Oxalá o Parque Tecnológico e de Ciência, mesmo com associações de gestão, cooperação e afins, não se afunde como o outro se afundou ou não fuja definitivamente para S. Miguel, como parece que há um *hub* que está para fugir porque as outras ilhas do grupo central assim o querem.

Quanto à proposta, será por nós votada favoravelmente porque jamais poderão dizer, como já fizeram no passado, que não vão fazer o Parque Tecnológico da Terceira porque a oposição não quis.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Pegando nas últimas palavras do deputado Pedro Ferreira, não será na oposição que se encontrarão as desculpas para que não avance o Parque Tecnológico da ilha Terceira que é uma promessa de há dez anos. Como entendemos que isto é para ontem, vamos votar favoravelmente e apelamos a que se pare de fazer de contas que se está a querer fazer um parque tecnológico. São necessárias empresas, tecnologia, investidores e vontade que não tem havido até agora.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Gostaria de saber quanto custa a joia, a quota anual e a percentagem do município como associado do Parque Tecnológico.

Sr. presidente da Câmara: – Se não estou em erro, a joia serão 2 mil euros e, ao que parece, a quota serão 200 euros. Teremos eventualmente uma participação importante do ponto de vista do investimento que dependerá da maneira como o programa for aprovado.

No atual contexto, 85% serão financiados pela União Europeia a partir de verbas do Governo e nós contribuiremos eventualmente com metade dos 15%. Tudo isto será analisado em função do que a universidade dos Açores poderá fazer; se não puder fazer nada teremos que assumir também essa parte. Uma vez aprovado o projeto, os quatro sócios terão que negociar entre si o montante que cada um investirá.

Não se registando mais intervenções, após votação, a proposta constante do Ponto 1.14 foi aprovada por unanimidade.

1.15 – Nomeação dos Juizes Sociais do Município de Angra do Heroísmo, para votação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78 de 30 de Junho.

Sra. vereadora Catarina Matias: – Considerando que o Decreto-Lei 165/78 de 30 de junho, no artigo 33º, pede que as comarcas façam o recrutamento dos juizes sociais de cada município para intervirem em causas da competência do Tribunal de Menores, Angra do Heroísmo conta com 15 elementos efetivos e 15 suplementes para prestarem apoio aos juizes que tiverem a seu cargo processos de proteção de menores.

Foram contactadas pessoas idóneas com preferência dada a atividades profissionais ligadas à infância e criámos a nossa listagem com candidaturas de escolas, colégios e elementos do ISSA para que a comarca de Angra possa decidir quais as situações que devem ser apresentadas a tribunal relacionadas com crianças e jovens em situações de adoção ou institucionalização.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, a constituição do júri proposta no documento constante do Ponto 1.15 foi aprovado por unanimidade.

1.16 – Atribuição de Medalha de Bons Serviços Municipais, classe Medalha Dourada, a José Evangelho Toste, nos termos do n.º 1 e alínea a) do n.º 2 do artigo 6.º, capítulo I, do Regulamento de Insígnias e Medalhas Municipais do Município de Angra do Heroísmo, pela forma leal, isenta, competente e empenhada como exerceu as suas funções, honrando-se e, por acréscimo, honrando todos os funcionários do Município de Angra do Heroísmo. Para conhecimento da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 5 do artigo 11.º do citado Regulamento.

Sr. presidente da Câmara: – Trata-se de uma personalidade de todos conhecida, um homem que serviu bem o município, todos os presidentes e todos os munícipes durante 40 anos. O José Evangelho começou a sua vida profissional como condutor do carro de recolha de lixo e foi fazendo a sua progressão. Era um colaborador com uma grande qualidade e merecedor do reconhecimento do município.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Pouco tenho a acrescentar ao que consta do documento ou às palavras do senhor presidente da Câmara. O PSD entende que este reconhecimento é justo e merecido e enviamos daqui os mais efusivos cumprimentos e saudações ao homenageado.

Sr. d. m. António Toste: – O José é mais conhecido na minha freguesia da Ribeirinha por José Nunes e conheço as suas qualidades. Sempre se portou bem e de forma educada, fazendo um excelente trabalho e fico também muito satisfeito com a atribuição desta medalha bastante meritória.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – O grupo municipal do CDS-PP associa-se a esta homenagem porque o senhor José Evangelho é um homem de bom trato com uma educação cada vez mais rara nos dias de hoje. Se me permitem a brincadeira, um homem que conduziu tantos presidentes da Câmara e ouviu tantas confidências e desabafos, merece todas as medalhas que lhe possamos atribuir.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.17 – Voto de Louvor a Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt pela forma leal, isenta, competente e empenhada como exerceu as suas funções, honrando-se e, por acréscimo, honrando todos os funcionários do Município de Angra do Heroísmo.

Sr. presidente da Câmara: – É uma pessoa com a qual não convivi enquanto funcionário da autarquia porque se tinha aposentado aquando a minha tomada de posse como presidente da Câmara mas conheço-o de outros meios.

Apesar de aposentado, o senhor Jácome Bettencourt continua a dar um valioso contributo ao município na comissão de toponímia, da qual faz parte. Esta é uma homenagem merecida a alguém que também deu um contributo importante ao funcionamento do município.

Sra. vereadora Catarina Matias: – Este voto de louvor ao senhor Jácome Bruges Bettencourt deixa-me muito feliz porque partilhei o meu espaço de trabalho com ele. É uma pessoa com uma grande delicadeza, espírito de colaboração e benfeitoria, não só em relação à Câmara, mas também como cônsul honorário de Cabo Verde na ilha Terceira. O senhor Jácome Bettencourt é uma pessoa incansável, faz tudo com bom senso e clareza e fico feliz pelo reconhecimento da autarquia.

Sr. d. m. Rogério Sousa: – É com enorme prazer que o grupo municipal do Partido Socialista se associa a este voto de louvor a Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt. É um conhecido escritor, colecionador e investigador de arte que em tudo contribuiu para que o facto de estarmos agora aqui a cumprir um ato de justiça seja também para nós motivo de orgulho.

Este louvor tem duas faces que se destacam com elevada importância. Por um lado, é o reconhecimento em casa própria daquilo que deve ser um funcionário de exceção, porque Jácome de Bruges teve nesta Câmara Municipal um papel de abnegada cidadania, pondo ao serviço de todos o seu elevado grau de cultura, por outro, como se tudo isto não bastasse, estamos a louvar os distintos atributos que sempre conduziram este senhor pela nossa região e fora dela.

Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt é dono de vários títulos nobres que usa com elegante humildade e coloca ao nosso alcance, deixando-nos também crescer com tudo quanto é objeto da sua própria investigação e exemplar conduta social.

Sr. presidente da Câmara: – Este voto e os restantes serão entregues na cerimónia evocativa do dia da cidade no próximo mês de agosto.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Gostaria de me associar a este voto, entendendo ser uma justa homenagem a uma pessoa que dedicou muitos anos da sua vida a esta Câmara de forma dedicada e responsável.

Não se registaram mais intervenções. O Voto de Louvor a Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.18 – Voto de Congratulação pelo percurso desportivo de Ana Margarida Filipe.

Sr. vereador Guido Teles: – Em março passado esta jovem esteve presente na seleção nacional, participando no VII campeonato da Europa que se realizou na Rússia onde obteve quatro medalhas; uma de ouro na modalidade 4 X 400 metros, uma de prata nos 60 metros barreiras e duas medalhas de bronze nos 800 e nos 3 000 metros. A Ana Filipe possui um percurso desportivo digno de ser registado e temos aqui uma campeã mundial que merece ser reconhecida em Assembleia Municipal.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O percurso desportivo destas atletas e os feitos por elas alcançados salientam o melhor que há na vida, mostrando-nos que devemos relevar as coisas mais importantes em vez de perdermos tempo com questões menores comparadas com os problemas que estes jovens enfrentam. O sucesso das suas práticas desportivas e os resultados obtidos merecem o nosso aplauso e reflexão, por isso dou todo o meu apoio a estes dois votos de congratulação.

Sr. d. m. João Santos: – O grupo municipal do Partido Socialista associa-se a estes dois votos. São duas atletas que representam a Associação Cristã da Mocidade, instituição da qual eu tive o grato prazer de ser presidente da assembleia geral durante dois mandatos.

Para além do que foi dito pelo deputado Luís Rendeiro, há outros aspetos a realçar. O percurso destas atletas é recente na instituição mas longo no campo desportivo. Além da vida desportiva, elas têm também as suas vidas pessoais e familiares que não são nada fáceis. São duas meninas que vivem em instituições, onde nem sempre as coisas correm como seria desejável porque há inúmeras dificuldades, mas não viraram a cara à luta e conseguiram com muito esforço alcançar o sucesso.

Por uma questão de justiça, quero deixar uma palavra a quem as acolheu e lhes dedica abnegadamente todo o tempo que tem e que não tem. Há muitos anos que a treinadora Paula Costa trabalha incansavelmente com estas e com outros atletas e não pode deixar de ser considerada uma parte importante do seu sucesso. Às duas atletas, ficam os parabéns do grupo municipal do Partido Socialista.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação por escrutínio secreto, o Voto de congratulação a Ana Margarida Filipe constante do Ponto 1.18 foi aprovado por unanimidade.

1.19 – Voto de Congratulação pelo percurso desportivo de Maria Inês Cota Sousa

O voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade, após votação por escrutínio secreto.

1.20 – Voto de Congratulação pelos 50 anos da geminação das cidades de Angra do Heroísmo e de Tulare.

Sr. presidente da Câmara: – Este é um voto particularmente importante porque esta geminação com a cidade de Tulare foi pioneira e fruto do esforço de um grupo de pessoas, com particular destaque para o senhor João Afonso.

Na época, as geminações não eram comuns. Esta foi a primeira geminação nos Açores e terá sido a Terceira no país, numa altura em que as distâncias eram muito maiores porque não se enviavam *e-mails* nem se podia telefonar como hoje.

Ao contrário de outras, e reconhecendo as palavras ditas aqui por alguns membros desta Assembleia sobre alguma falta de atividade nas geminações, esta sempre se manteve ativa e produtiva ao longo de cinquenta anos.

Os presidentes da Câmara de Angra têm visitado regularmente a cidade de Tulare, os seus *mayors* têm vindo periodicamente à Terceira, como acontecerá este ano em que teremos a visita de uma delegação importante por altura das Sanjoaninas, e há uns anos uma delegação de agricultores participou na feira agrícola daquela cidade, a principal feira de bovinicultura e laticínios dos Estados Unidos. Em 2016 a feira realizar-se-á no mês de março, coincidindo com o cinquentenário da geminação das duas cidades.

Mais uma vez, estaremos presentes naquela feira acompanhados de uma pequena embaixada cultural e pretendemos celebrar com dignidade um relacionamento que, além de pioneiro, tem sido frutuoso ao longo de meio século.

Tulare foi uma das cidades da Califórnia que mais rapidamente cresceu; há cinquenta anos já era uma cidade agrícola, hoje é um centro de biotecnologia e um complexo tecnológico de grande relevo a nível mundial em franco crescimento.

O movimento de geminação das cidades, começado nos anos 60, com origem nos Estados Unidos na altura da guerra-fria, não visava questões económicas; tratava-se de um movimento que procurava estabelecer relações de amizade e conhecimento entre os povos, como forma de um travão à guerra e a outros conflitos internacionais. A cidade de Angra deve manter esse papel de aproximação entre os povos no seu relacionamento com as cidades irmãs porque nem tudo são negócios e há outras vertentes igualmente importantes.

Neste momento existem algumas centenas de milhar de geminações a nível mundial em todas as direções e sentidos e a cidade de Angra tem um conjunto de geminações relativamente pequeno. À exceção de Évora e da Golegã, que ainda não está oficializada, não estamos geminados com qualquer outra cidade da Europa e precisamos de nos afirmar como cidade europeia que somos.

Neste ano, em que celebramos os cinquenta anos da geminação com Tulare, já temos um alargamento que nos honra muito por se tratar de uma cidade com grande prestígio histórico que integra os diversos órgãos da organização das cidades património mundial e passará a ser mais um voto nas nossas candidaturas para ocuparmos um lugar de gestão nessa organização, razão pela qual a geminação com Cartagena das Índias tem um importante valor estratégico.

Estamos a tentar acordos de geminação com outras cidades património mundial da Europa, o que nos permitirá ter um grupo que vote em nós para os diversos órgãos e Angra possa sair um pouco da sombra, alargando a sua área de influência numa organização com grande relevo internacional.

Há uma representação muito expressiva de Angra no edifício dos paços do concelho da cidade de Tulare; quando se entra a porta nota-se de imediato a geminação com a nossa cidade, algo fortemente expresso também na forma carinhosa como lá fomos recebidos.

Quanto estávamos a chegar a Tulare, faleceu o pai do presidente da Câmara que, mesmo assim, conseguiu tempo para jantar connosco e manifestar a importância do relacionamento entre ambas as cidades, algo que me deixou muito reconhecido. Temos assim múltiplas razões para aprovar este voto, honrando os nossos contrapartes em Tulare e aqueles que há cinquenta anos foram os obreiros desta geminação.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Voto de Congratulação pelos 50 anos da geminação das cidades de Angra do Heroísmo e de Tulare constante do Ponto 1.20 foi aprovado por unanimidade.

1.21 – Relatório de Gestão e Contas de 2014, bem como os pareceres da Assembleia Geral e do fiscal único da TERAMB E.M., para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara: – A TERAMB terminou o ano de 2014 sem qualquer dificuldade financeira e com um simpático lucro na sua exploração. O maior investimento público em curso nos Açores neste momento é o que está a ser feito pela empresa intermunicipal e está a decorrer com toda a normalidade. Temos que dar os parabéns a quem gere a empresa pelo bom trabalho que fez no ano passado, tornando-a um caso de sucesso.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.22 – Carta Social para a Autarquia de Angra do Heroísmo para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sr. vice-presidente da Câmara, José Gaspar Lima: – A Carta Social é elaborada pelos técnicos da ação social da autarquia. É um instrumento com o objetivo de identificar e disponibilizar informação sobre a rede de serviços e equipamentos sociais existentes no nosso concelho e assume-se como instrumento de apoio à tomada de decisões em matéria de planeamento e previsão de infraestruturas necessárias às respostas sociais. Este é um documento importante que aconselho a ler com atenção, porque contém dados sociais muito importantes referentes ao nosso concelho e deve ser elaborado todos os anos pela Câmara.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento constante do Ponto 1.22.

1.23 – Plano de Atividades e Orçamento de 2015 da TERAMB E.M. para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara: – Os Pontos 1.23 e 1.24 são duas faces da mesma moeda porque um depende do outro. Temos perante nós o plano de atividades e orçamento da TERAMB e cabe aos seus sócios, que são ambos os municípios, a garantia da sua estabilidade financeira através da celebração de um contrato programa que até agora não tem custado nada à Câmara de Angra mas estou convencido que terá que custar alguma coisa este ano porque o ritmo de investimento é muito elevado e temos uma conta de 5 milhões de euros na Caixa Económica de Angra que serve para efetuarmos os pagamentos dos fornecimentos enquanto não recebermos o respetivo reembolso, o que acarreta custos financeiros.

Estou convencido de que vai ser necessário injetar algum dinheiro que se encontra devidamente acautelado e aprovado no orçamento municipal e a empresa precisa dos seus sócios para que o investimento enorme que lá está a ser feito seja concluído com sucesso.

Não se registaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Plano de Atividades e Orçamento de 2015 da TERAMB E.M. constante do Ponto 1.23.

1.24 - Minuta do contrato programa entre a TERAMB E.M. e os Municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória para conhecimento da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.25 – Relatório de gestão e demonstrações financeiras do ano de 2014, da AGESPI – Associação para Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara: – O município de Angra do Heroísmo é detentor de 25% do capital da AGESPI e tem retirado benefícios significativos no último ano. A AGESPI tinha a sua atividade praticamente confinada ao concelho da Praia da Vitória e agora está a alargar-se ao concelho de Angra, elaborando os estudos necessários ao alargamento e revitalização do nosso Parque Industrial e um conjunto de trabalhos que em breve serão tornados públicos e visam o endereçamento de investidores nessa área. É de louvar o trabalho que lá foi feito porque em 2014 a AGESPI prestou um excelente serviço ao município e conseguiu terminar o ano com sucesso e sem prejuízos.

Não se registando mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento constante do Ponto 1.25.

2 – DA INICIATIVA CONJUNTA DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS, PSD E CDS-PP

2.1 – Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Rui Manuel Miranda de Mesquita.

Sr. presidente da Mesa: – «Faleceu no dia 1 de abril deste ano de 2015 o doutor Rui Manuel Miranda de Mesquita. Nasceu na Póvoa de Lanhoso em 15 de novembro de 1941 e veio para Angra, terra paterna, com dois anos onde permaneceu até completar o ensino secundário. Cumpriu o serviço militar como oficial miliciano na Força Aérea Portuguesa e de 1966 a 1994 trabalhou no setor privado em Lisboa nas empresas Laboratório Normal, Nestlé & Vidago, Melgaço, Pedras Salgadas e Super Sumos.

Licenciou-se em farmácia na faculdade de farmácia de Lisboa em 1975, regressando a Angra do Heroísmo onde foi diretor técnico da farmácia central, da qual era proprietário e lecionou na Escola Preparatória de Angra do Heroísmo, onde foi presidente do conselho diretivo, na Escola do Magistério Primário e também na Escola Industrial.

Em 1976 o doutor Rui Mesquita foi nomeado Secretário Regional dos Assuntos Sociais do I Governo Regional dos Açores empossado a 8 de setembro de 1976. Em 1979 ingressou no quadro da Secretaria Regional do Comércio e Indústria e foi presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo de 31 de dezembro de 1979 a 31 de dezembro de 1982. Em 1983 regressou à Secretaria Regional do Comércio e Indústria, tendo sido nomeado delegado da referida secretaria para a ilha Terceira.

De 1988 a 1 de julho de 2002, data em que se aposentou, chefiou na mesma secretaria regional o laboratório de química aplicada doutor Nicolau Anastácio Bettencourt que, posteriormente com outras instituições, deu origem ao INOVA, Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores.

Foi presidente do Rotary Clube de Angra do Heroísmo e da assembleia geral do Lawn Ténis Club e membro da direção da Caixa Económica de Angra do Heroísmo. No ano de 2010 a região autónoma dos Açores atribuiu-lhe a insígnia de dedicação autonómica.

No dia seguinte à sua posse como presidente da Câmara de Angra do Heroísmo deu-se o sismo de 1980 e todos os projetos que ele e a sua equipa tencionavam pôr em prática ruíram com o próprio concelho pois a reconstrução passou a ser a prioridade das prioridades. O seu mandato marcou todo um tempo e uma geração. Fez história e fica na história de Angra, da ilha Terceira e dos Açores.

Assim, e de acordo com as disposições regimentais aplicáveis, os grupos municipais do PSD, do PS e do CDS-PP propõem à Assembleia Municipal a aprovação deste Voto de Pesar pelo falecimento do doutor Rui Manuel Miranda de Mesquita, do qual deverá ser dado conhecimento à sua família.»

Peço que me acompanhem num minuto de silêncio pela morte do doutor Rui Mesquita.

O Voto de Pesar pelo falecimento do doutor Rui Manuel Miranda de Mesquita foi aprovado por unanimidade, tendo-se observado um minuto de silêncio.

3 – DO PARTIDO SOCIALISTA

3.1 – Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Doutor José Mariano Gago.

Sr. presidente da Mesa: – «José Mariano Gago foi o primeiro ministro com a pasta da ciência em Portugal, tendo desempenhado o cargo em quatro governos; de 1995 a 1999, de

1999 a 2002 e de 2005 a 2011 já como Ministro da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior.

Entre 1986 e 1989 foi presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), antecessora da FST. Enquanto presidente da JNICT organizou as primeiras jornadas de ciência e tecnologia em 1987.

Lançou nessa sequência o programa «Mobilizar» 1987-1989 e iniciou as negociações para o primeiro programa de financiamento estrutural para a ciência e tecnologia, o programa «Ciência» que vigorou de 1990 a 1993. Este programa foi crucial para as universidades portuguesas e em especial para a universidade dos Açores, dotando-a de equipamento, particularmente o campus de Angra do Heroísmo.

Mariano Gago tornou-se uma referência para uma geração inteira de cientistas, usufruidora do seu inestimável legado para a ciência, tecnologia e cultura científica em Portugal.

O grupo municipal do Partido Socialista lamenta a perda do homem que em Portugal mais fez pela ciência e lhe deu um claro rumo, propondo que, ao abrigo das disposições regimentais, a Assembleia Municipal aprove um voto de pesar pelo falecimento de tão eminente cientista.»

Sr. presidente da Câmara: – Tive o privilégio de trabalhar diretamente com o professor Mariano Gago porque exercemos em simultâneo funções que confluíam a nível regional e nacional. Para além de uma excelente pessoa, era um homem com uma grande visão e a quem a nossa cidade muito deve. A construção dos novos edifícios do campus de Angra do Heroísmo não teria acontecido sem a anuência da sua parte, tal como a manutenção e abertura de um dos cursos que, na altura, não cumpria todos os requisitos necessários, mas ele permitiu que abrisse mesmo assim.

Este é um voto merecido, não apenas pela sua relevância a nível nacional, mas também por aquilo que em Angra do Heroísmo resultou da ação do professor Mariano Gago.

*Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o **Voto de Pesar pelo falecimento do Doutor Mariano Gago foi aprovado por unanimidade.***

*O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade.***

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Registo mais uma vez a ausência do serviço público de rádio e televisão na sessão da Assembleia Municipal e informo o senhor presidente da Mesa que recolhi junto de alguns órgãos de comunicação social a queixa de que não têm conhecimento da realização destas sessões. Assim sendo, na próxima vez talvez se deva adotar o procedimento de lhes enviar uma notinha informativa.

Gostaria de lembrar que amanhã se celebra o 25 de abril e é à sua conta que estamos aqui a debater e a trocar opiniões desta forma livre e democrática mais ou menos acalorada mas profícua para o concelho de Angra e para os angrenses.

Sr. presidente da Mesa: – Isso não é desculpa. Para além da publicação do edital da realização das sessões da Assembleia – e só por isso não deveriam evocar desconhecimento –, é enviado a cada órgão de comunicação social um ofício com a ordem de trabalhos e o local onde se realiza a reunião.

É óbvio que não o poria em prática mas, se me aparecessem amanhã, o que me apeteceria era pô-los na rua porque isto é inqualificável. Que me recorde, a RTP esteve sempre ausente nas nossas sessões da Assembleia Municipal nos últimos 12 anos.

Boa tarde a todos, bom fim-de-semana e bom feriado do 25 de abril.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta da 18H24M do dia 24 de abril de 2015, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz